

Laís Braga de Assis

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS
DO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Belo Horizonte

2017

Laís Braga de Assis

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS
DO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL**

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Frederico Poley Martins Ferreira

Belo Horizonte

2017

Autora: Laís Braga de Assis

Título: Programa de Aquisição de Alimentos: Uma análise a partir de dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal

Natureza: Monografia

Objetivo: Obtenção do título de de bacharel em Administração Pública.

Nome da instituição: Fundação João Pinheiro

Área de concentração: Administração Pública

Aprovada pela Banca Examinadora

Prof. Doutor Frederico Poley Martins Ferreira

Prof. Mestre Leonardo Carvalho Ladeira

Pesquisadora Doutora Luíza de Marilac de Souza

Belo Horizonte
20 de junho de 2017

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha mãe, Adriane e ao meu pai, Romulo, que sempre estiveram ao meu lado, me proporcionando amor e apoio incondicional, que me deram forças para seguir em frente.

Agradeço também ao Daniel, que foi meu companheiro por todos esses anos de crescimento, sempre me ouvindo e incentivando a continuar a jornada.

Gostaria de agradecer aos meus amigos da Fundação João Pinheiro, que passaram por esse momento comigo e foram essenciais na troca de experiências e nos momentos de angústia.

Agradeço aos entrevistados, pela paciência e rica contribuição, que foi fundamental para a conclusão do trabalho.

Agradeço aos pesquisadores e professores que tive durante esses quatro anos e que sempre se mostraram dispostos a ajudar na monografia, principalmente meu orientador, Frederico Poley, que me aconselhou e me guiou por todo o processo de construção do trabalho.

E por fim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que essa etapa fosse vencida, seja me dando forças, me apoiando ou me incentivando.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar os beneficiários e descrever o Programa de Aquisição de Alimentos nas modalidades de Compra com Doação Simultânea (CDS) e Incentivo à Produção e o Consumo de Leite (PAA – Leite) inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal em Minas Gerais, mais especificamente nos Territórios de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha. O PAA foi criado em 2003, tem como principal objetivo fortalecer a agricultura familiar e ao mesmo tempo combater a insegurança alimentar e nutricional da população beneficiária. Já o Cadastro Único foi instituído em 2001 e tem como função identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, para que seja possível incluí-las em políticas públicas que mais se adequem ao seu perfil. Para a execução do trabalho, foram utilizados micro dados do Cadastro Único, trabalhados de forma a resultarem em um desenho do perfil dos participantes, além de entrevistas com pessoas-chave envolvidas na execução do programa, que teve como objetivo verificar o funcionamento do programa. A partir do trabalho, foi possível perceber que o PAA trouxe muitos benefícios à população atendida, que além de outras vantagens, passou a contar com uma renda fixa garantida (nos casos dos agricultores familiares) e com mais alimentos em sua mesa, reduzindo a insegurança alimentar. Porém, apesar dos benefícios, mesmo depois de reformas, o programa ainda possui alguns problemas que dificultam sua execução, como a falta de recursos e o alcance à populações isoladas. De forma geral, necessita-se de um aumento dos recursos financeiros destinados ao PAA, o que reduziria boa parte dos obstáculos encontrados.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; CadÚnico; PAA Leite.

ABSTRACT

This search has as purpose characterize the beneficiaries and describe the “Programa de Aquisição de Alimentos nas modalidades de Compra com Doação Simultânea” (CDS) and “Incentivo à Produção e o Consumo de Leite” (PAA-Leite) enrolled in the “Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal” in Minas Gerais, more specifically in the “Territórios de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha”. The PAA was created in 2003 and has as the main objective to strength the familiar agriculture and at the same time to oppose the insecurity feed and nutritional status for the beneficiary population. The “Cadastro Único” was created in 2001 and it has the purposes identify and characterize the low-income families, to be possible includes them in public politics which best suit their conditions. To produce this activity, were used micro data from the “Cadastro Único”, searched looking for the best a results according those population, besides interviews with reliable people involved on that execution program, which had as objective verify how that program works. By that search, was possible realize that the PAA brought many benefits to the population involved, in addition to others advantages, such as the started to earn a guarantee wage (on familiar agriculture) and they can count with more food supplies at home, reducing that insecurity of supply assistance. But, despite of the benefits, even after of those reforms, the program still has some problems that bring some difficulties on its execution, like as the lack of resources and the outreach to isolated populations. In general, it is necessary of increase of the financial resources designated to PAA, which would reduce many of the encountered objection.

Keywords: Programa de Aquisição de Alimentos; CadÚnico; PAA Leite.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Percentual da pobreza em Minas Gerais.....	20
FIGURA 2: Porcentagem da população pobre e extremamente pobre	21
FIGURA 3: Níveis governamentais dos atores diretamente envolvidos na execução do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea	31
FIGURA 4: Municípios favorecidos pelo PAA em Minas Gerais - 2014.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Produção Agropecuária da Agricultura Familiar versus Patronal (2006).....	16
GRÁFICO 2: Taxas de pobreza e extrema pobreza na área rural. PNAD/IBGE w MDS, 2002 a 2014.....	23
GRÁFICO 3: Renda média dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2015 em reais (R\$)	24
GRÁFICO 4: Evolução do número de agricultores (DAPs) do PAA – Brasil (2003 a 2013) ...	34
GRÁFICO 5: Distribuição dos recursos do PAA por região do Brasil em 2015	35
GRÁFICO 6: Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2015	36
GRÁFICO 5: Agricultores fornecedores por sexo	56

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos	32
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População, Expansão Territorial, PIB E IDHM Dos Territórios De Desenvolvimento De Minas Gerais	12
TABELA 2: Total De Estabelecimentos E Área Total Da Agricultura – 2006	17
TABELA 3: Total De Estabelecimentos E De Hectares Das Agriculturas Familiares E Não Familiares No Estado De Minas Gerais	17
TABELA 4: Evolução Dos Recursos Do PAA No Brasil – 2003 A 2013.....	34
TABELA 5: Distribuição Dos Recursos Do PAA Por Modalidade De Comercialização Em 2015, Em Reais (R\$)	38
TABELA 6: Municípios Do Território Do Médio E Baixo Jequitinhonha Participantes Do PAA Em 2014	40

TABELA 7: Municípios Do Território Do Médio E Baixo Jequitinhonha Participantes Do PAA Em 2015	40
TABELA 8: Municípios Do Território Do Alto Jequitinhonha Participantes Do PAA em 2014.....	41
TABELA 9: Municípios Do Território Do Alto Jequitinhonha Participantes Do PAA em 2015.....	42
TABELA 10: Grupos Populacionais Da Agricultura Identificados No Cadastro Único Para Programas Sociais Do Governo Federal, Segundo As Grandes Regiões Do País. 2013.....	48
TABELA 11: Agricultores Fornecedores De Leite Por Território De Desenvolvimento - 2015.....	51
TABELA 12: Agricultores Fornecedores De Leite Inscritos E Não Inscritos No Cadúnico E Que Participam Do PAA - 2015.....	52
TABELA 13: Agricultores Fornecedores De Alimentos Por Território De Desenvolvimento - 2015.....	52
TABELA 14: Agricultores Fornecedores E Famílias Que Recebem Alimentos Inscritos No Cadúnico Que Sabem Ler E Escrever - 2015.....	53
TABELA 15: Agricultores Fornecedores De Leite E Família Que Recebem O Leite Inscritos No Cadúnico Que Sabem Ler E Escrever - 2015.....	54
TABELA 16: Agricultores Fornecedores E Famílias Receptoras De Alimentos Inscritos No Cadúnico Por Sexo - 2015.....	55
TABELA 17: Agricultores Fornecedores E Famílias Receptoras De Leite Inscritos No Cadúnico Por Sexo - 2015.....	55
TABELA 18: Agricultores Do PAA Leite De Minas Gerais Por Sexo – 2015.....	56
TABELA 19: Agricultores Familiares E Famílias Receptoras De Alimento Inscritos No Cadúnico Que Ganham Cesta Básica - 2015	57
TABELA 20: Agricultores Familiares E Famílias Que Recebem Leite Inscritos No Cadúnico Que Ganham Cesta Básica - 2015.....	58
TABELA 21: Agricultores Familiares E Receptores De Alimentos Inscritos No Cadúnico Por Cor/Raça - 2015	59
TABELA 22: Agricultores Familiares E Receptores De Leite Inscritos No Cadúnico Por Cor/Raça – 2015.....	59

TABELA 23: - Número de habitantes por cor nos Territórios de desenvolvimento do Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil – 2010-2010.....	60
TABELA 24: Agricultores Fornecedores De Alimentos E Famílias Que Recebem Alimentos Inscritos No Cadúnico Por Localização Do Domicílio - 2015.....	62
TABELA 25: Agricultores Fornecedores De Leite E Famílias Que Recebem Leite Inscritos No Cadúnico Por Localização Do Domicílio - 2015	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMA – Articulação Mineira de Agroecologia
CadÚnico – Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
CDS – Compra com Doação Simultânea
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
CPR - Cédula do Produtor Rural
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPR Estoque - Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado de Minas Gerais
GECAF – Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar
GGPAA - Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MG – Minas Gerais
NIS – Número de Identificação Social
ONUBR - Organização das Nações Unidas no Brasil
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAA Leite - Programa de Aquisição de Alimentos: Modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite
PIB – Produto Interno Bruto
PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SEAPA - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SEDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SEDINOR - Secretaria de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais
SINTPq - Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo
SUPAF – Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
UNICAFES-MG – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Tema	3
1.2 Problema/Problemática	3
2. JUSTIFICATIVA	5
3. OBJETIVO GERAL	7
3.1 Objetivos específicos	7
4. METODOLOGIA	9
5. AGRICULTURA FAMILIAR	15
5.1 Agricultura familiar x pobreza	18
6. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	25
6.1 O PAA em Minas Gerais e nos Territórios de Desenvolvimento do Jequitinhonha	37
6.2 PAA x CADÚNICO	43
7. CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL ..	45
8. ANÁLISE DE DADOS.....	51
8.1 Resultados das entrevistas.....	63
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS73

APÊNDICE81

1. INTRODUÇÃO

Um dos temas que o Estado vem se aprofundando cada vez mais é a sustentabilidade social, que leva em conta a agricultura familiar. As crescentes políticas voltadas a esse público são provas de que há um aumento da preocupação em desenvolver esse setor.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010, a população rural brasileira era de 29.830.007 pessoas, enquanto de Minas Gerais era de 2.882.114 pessoas, o que representa cerca de 9,66% da população rural do país e 14,7% da população total mineira, sendo 866.333 agricultores familiares em 2013. Esse número é bastante expressivo, sendo necessário um olhar cuidadoso.

Para o Governo do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, a agricultura familiar:

Compreende os modos de vida e as formas de produzir em unidades de produção agropecuária ou extrativista em áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais¹, sendo o trabalho exercido predominantemente pela família. Geralmente as famílias mantêm o domínio e o controle do que e do modo como produzir e consumir. A maior parte da renda é originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e/ou empreendimento, mantendo relações diferenciadas com o mercado. Os agricultores familiares são portadores de tradição e se caracterizam ainda, pela pluriatividade, multifuncionalidade, diversidade e territorialidade, expressando uma nova ruralidade. (MINAS GERAIS, 2014)

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), em média, 80% dos alimentos do mundo são produzidos pela agricultura familiar, apesar de ser um dos grupos populacionais que mais sofre com a pobreza e a fome. Além disso, a “agricultura familiar é também guardiã de cerca de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo e, portanto, é fundamental para a melhoria da sustentabilidade ecológica e dos recursos”. (FAO)

¹ Entende-se como módulo fiscal uma unidade de medida em hectares, que varia de acordo com cada município e leva em conta o tipo de exploração predominante, a renda dessa exploração e outras explorações realizadas naquele município. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão responsável por determinar a dimensão do módulo fiscal, que no Brasil, varia entre 5 e 110 hectares. (EMBRAPA, 2017)

A FAO publicou em outubro de 2014 um relatório, chamado Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação - 2014: Inovação na Agricultura Familiar, que, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo (SINTPq), sugere que a inovação na agricultura familiar seja a chave do sucesso para o enfrentamento da fome e pobreza, além de ser garantia da segurança alimentar global. Para isso, União, Estados e Municípios devem possuir programas eficientes, que auxiliem no desenvolvimento desses profissionais. (FAO, 2014)

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)², o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu a partir do programa Fome Zero, que partiu da necessidade de fornecer uma alimentação minimamente adequada à população, que conte com qualidade e quantidade suficientes para garantir que as necessidades nutricionais básicas para a saúde sejam atendidas, tendo em vista que é um direito humano. Para que esse objetivo fosse alcançado, foi essencial que se criasse uma política duradoura de segurança alimentar e nutricional.

A cartilha da Conab, publicada em 2012, diz que o objetivo do PAA se baseia na promoção do acesso a alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e no incentivo à agricultura familiar a partir da compra de alimentos, que ocorre sem a necessidade de licitação. Desta forma, todos os envolvidos são beneficiados.

Para identificar os agricultores familiares que se encaixam no perfil do Programa de Aquisição de Alimentos, além de outros meios, também é utilizado o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O CadÚnico, conforme a Caixa Econômica Federal, partiu de uma iniciativa do Governo Federal, que visou compreender as famílias de baixa renda. O cadastro se baseia em várias informações sobre famílias de todo o Brasil que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. A partir dos dados, é possível que o Governo Federal, Estados e Municípios desenvolvam políticas públicas nesse sentido.

² Empresa pública que tem como função gerir políticas agrícolas de abastecimento.

É neste contexto que se dá o objetivo do presente trabalho, caracterizar os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos que estão inseridos no Cadastro Único e verificar quais os principais benefícios gerados pelo PAA, já que desta forma, é possível atuar de maneira mais efetiva, atendendo às características da população alvo.

1.1 Tema

O tema ora proposto nesta monografia consiste na identificação dos principais benefícios do PAA e na caracterização dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais, mais especificamente nos dois Territórios de Desenvolvimento do Jequitinhonha, a partir de dados do Cadastro Único.

1.2 Problema/Problemática

Os recursos públicos, como o próprio nome diz, pertencem à população e por isso seu gasto deve ser justificado, sendo ideal que eles gerem benefícios para aqueles que foram atendidos. Por isso, é necessário que se realize uma análise acerca da população que está sendo atendida e qual o benefício social obtido a partir do PAA, a fim de promover uma reflexão sobre a eficiência do gasto. Outro ponto que vale ser destacado é a condição precária em que muitas famílias rurais vivem, já que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes rurais brasileiros é de R\$ 447,10, deixando clara a necessidade de políticas públicas voltadas a essa população, sendo parte de um esforço para o combate às desigualdades. Além disso, diante da durabilidade do programa, é esperado que ele venha se aprimorando para atender a população necessitada, o que poderá ser averiguado a partir dos dados de 2015 do Cadastro Único. Desta forma, o problema em questão é: Qual o perfil dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos e quais os principais benefícios que ele possui para os moradores do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha?

2. JUSTIFICATIVA

Diante das necessidades dos pequenos agricultores e de suas características, verifica-se a precisão de que haja um empenho voltado a atender esse conjunto de famílias. Além disso, este trabalho mostra uma maior dificuldade dos agricultores familiares em alcançar o público consumidor. A melhora na vida rural e da população carente pode trazer benefícios para a sociedade como um todo, tendo em vista que reduz as desigualdades sociais e gera reflexos na educação, saúde e bem estar. Desta forma, o Programa de Aquisição de Alimentos vem englobando essas questões, favorecendo tanto a agricultura familiar, a partir da compra dos produtos gerados quanto fornecendo alimentos de qualidade para a população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a transparência pública do PAA, fornecida a partir da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 2015, só em Minas Gerais foram destinados para a modalidade compra com doação simultânea R\$ 15.217.315,89 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o programa. Diante da importância e da abrangência do programa, o trabalho visa verificar os principais benefícios do PAA e caracterizar seus beneficiários, a partir dos dados do Cadastro Único.

3. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho consiste em traçar o perfil dos agricultores familiares inscritos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e concomitantemente no CadÚnico, além de verificar os principais benefícios gerados pelo programa para a agricultura familiar, principalmente em Minas Gerais.

3.1 Objetivos específicos

- Identificar como o Programa de Aquisição de Alimentos funciona;
- Trabalhar dados do Cadastro Único de dezembro de 2015, para extrair informações que caracterizem os beneficiários do PAA nos territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha;
- Caracterizar os beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de acordo com sua escolaridade, localização do domicílio, raça e gênero, a partir de dados de 2015 do Cadastro Único nos territórios do Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha.
- Verificar os principais desafios e benefícios gerados pelo programa em Minas Gerais.
- Realizar entrevista com responsável pela execução do PAA Compra com Doação Simultânea em Minas Gerais, para verificar como ele está sendo operacionalizado no Estado.

4. METODOLOGIA

Tendo em vista os objetivos propostos nesse trabalho, no qual pretende-se definir qual o papel social do Programa de Aquisição de Alimentos em Minas Gerais, assim como caracterizar os beneficiários do Programa, neste capítulo, será explicada a metodologia do presente trabalho. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31),

A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real. (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p 31)

Com relação ao objetivo da pesquisa, ela é classificada como exploratória, pois de acordo com Gil:

[...] tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (GIL, 2010, p.27)

A abordagem utilizada nesse trabalho foi predominantemente qualitativa, pois leva em consideração dados relacionados à opiniões, estilo de vida de um determinado grupo, entre outros fatores. De acordo com Roberto Jarry Richardson,

Uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999)

A abordagem quantitativa também foi utilizada, tendo em vista que “A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” (FONSECA, 2002), Fonseca ainda esclarece que “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.” (FONSECA, 2002)

Esse estudo é uma construção acadêmica que para o levantamento e coleta de dados teve como procedimento a pesquisa bibliográfica com utilização de dados secundários e entrevistas. De acordo com Fonseca:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32)

Neste sentido, o levantamento bibliográfico proposto diz respeito ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e da pobreza rural.

Os dados secundários se baseiam em uma análise de dados quantificáveis do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), atualizados em dezembro de 2015. Para isso, a análise contou com uma extração de informações a respeito do PAA a partir de dados do CadÚnico nos dois Territórios de Desenvolvimento do Jequitinhonha.

A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível encontrar os principais atores da elaboração e execução do PAA, assim como os autores referência e principais artigos relacionados ao tema, que tiveram como objetivo embasar e fundamentar o trabalho proposto. Para a caracterização dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos, foi realizada uma análise de micro dados do Cadastro Único, que foram filtrados e trabalhados de forma a resultarem em um desenho do perfil dos beneficiários.

A entrevista realizada foi feita com um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (Emater), com o objetivo de compreender melhor o funcionamento do programa no estado, bem como suas dificuldades. Foi uma entrevista semi estruturada, explicada por Manzini da seguinte forma:

Na entrevista semi estruturada, a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente a entrevista semi estruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. É mais adequada quando desejamos que as informações

coletadas sejam fruto de associações que o entrevistado faz, emergindo assim, de forma mais livre. (MANZINI, 1990, p. 154)

A seleção do entrevistado se deu pelo tempo em que ele atua no programa e seu amplo conhecimento, além de ter como local de trabalho a Emater, responsável por uma das modalidades do PAA selecionadas para o trabalho.

Além desta, também houve uma outra entrevista, realizada via email, tendo em vista que o entrevistado é Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de um município localizado em um dos Territórios de Desenvolvimento em análise, o que impossibilitou a entrevista presencial.

Conforme é recomendado, os entrevistados não terão seus nomes divulgados, apenas seus locais de trabalho.

Com relação à escolha dos territórios de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha³ e Médio e Baixo Jequitinhonha⁴, foi realizada uma seleção daquele que possuísse maior proporção de população rural e outro com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para se chegar a esse dado, foram utilizados dados do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), onde foi possível analisar os perfis territoriais de Minas Gerais. A partir dessas informações, criou-se a Tabela 1, a fim de auxiliar essa visualização.

A partir da Tabela 1, é possível constatar que o Território de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha possui o maior percentual de população rural dentre os 17 territórios de

³ O Território de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha inclui os seguintes municípios: Aricanduva, Alvorada de Minas, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Coluna, Couto Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Itamarandiba, Leme do Prado, Materlândia, Minas novas, Presidente Kubitscheck, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas, Serro, Turmalina e Veredinha.

⁴ O Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha inclui os seguintes municípios: Águas Vermelhas, Almenara, Araçuaí, Bandeira, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Caraí, Coronel Murta, Comercinho, Divisa Alegre, Divisópolis, Francisco Badaró, Felisburgo, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Mata Verde, Medina, Monte Formoso, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Palmópolis, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, Virgem da Lapa

Minas Gerais. Já o Território do Médio e Baixo Jequitinhonha é o que possui o menor IDHM. Além disso, O Jequitinhonha possui a menor participação do PIB Mineiro.

Tabela 1-População, expansão territorial, PIB e IDHM dos Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais (continua)

	Alto Jequitinhonha	Caparaó	Central
População Total	305.616 hab.	675.711 hab.	243.235 hab.
Extensão Territorial	21.130,47 Km ²	15.388,80 Km ²	23.460,33 Km ²
População Urbana	184.386 hab. (60,33%)	67,24%	85,09%
População Rural	121.230 hab. (39,67%)	32,76%	14,91%
PIB	0,6% do PIB mineiro em 2012	2% do PIB mineiro em 2012	0,9% do PIB mineiro em 2012
IDHM	0,633 (5º pior de MG)	0,644	0,675
	Mata	Médio e Baixo Jequitinhonha	Metropolitano
População Total	1.561.463 hab.	437.805 hab.	5.880.619 hab.
Extensão Territorial	24.533,74 Km ²	32.148,61 Km ²	35.822,64 Km ²
População Urbana	86,79%	63,83%	95,66%
População Rural	13,21%	36,17%	4,34%
PIB	5,7% do PIB mineiro em 2012	0,7% do PIB Mineiro em 2012	40,8% do PIB Mineiro em 2012
IDHM	0,674	0,6	0,682
	Mucuri	Noroeste	Norte
População Total	431.541 hab.	652.954 hab.	1.577.300 hab.
Extensão Territorial	23.162 Km ²	77.754 Km ²	122.829 Km ²
População Urbana	0,675	81,00%	70,00%
População Rural	0,325	19,00%	30,00%
PIB	1% (média de 2000 a 2012)	3,2% do PIB Mineiro em 2012	4% do PIB Mineiro em 2012
IDHM	0,611	0,692	0,625
	Oeste	Sudoeste	Sul
População Total	1.194.156 hab.	564.501 hab.	2.045.101 hab.
Extensão Territorial	29.824,53Km ²	17.236,21Km ²	26.248,08 Km ²
População Urbana	88,77%	8308,00%	81,44%
População Rural	11,23%	16,92%	18,56%
PIB	5,2% do PIB Mineiro em 2012	3% do PIB Mineiro em 2012	10,1% do PIB Mineiro em 2012
IDHM	0,7	0,708	0,697
	Triângulo Norte	Triângulo Sul	Vale do Aço
População Total	1.200.694 hab.	697.812 hab.	780.202 hab.
Extensão Territorial	44.624,33Km ²	35.548,37 Km ²	9.839,94 Km ²
População Urbana	0,9233	91,67%	86,80%
População Rural	0,0767	8,33%	13,20%
PIB	9% do PIB Mineiro em 2012	5,5% do PIB Mineiro em 2012	3,4% do PIB Mineiro em 2012
IDHM	0,71	0,713	0,653

Tabela 1-População, expansão territorial, PIB e IDHM dos Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais (conclusão)

	Vale do Rio Doce	Vertentes
População Total	646.879 hab.	723.489 hab.
Extensão Territorial	21.546 Km ²	15.104,78Km ²
População Urbana	78,00%	82,00%
População Rural	22,00%	18,00%
PIB	1,7% do PIB Mineiro em 2012	3% do PIB Mineiro em 2012
IDHM	0,627	0,673

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IDHM.

5. AGRICULTURA FAMILIAR

Graziano da Silva (2004; *apud* CASTRO; FERREIRA; SANTOS; VIEIRA 2012) afirma que 20% da população economicamente ativa se encontra empregada na agricultura familiar e produz por volta de 100.000.000 de toneladas de alimentos anualmente. Além disso, segundo o IPEA, em 2006, 84% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros eram classificados como estabelecimentos familiares (ALVES; FERREIRA; SCHNEIDER, 2006), o que destaca sua importância no país.

De acordo com a lei Nº 11.326/2006, agricultor familiar é o trabalhador rural que realiza suas atividades nesse meio, possuindo no máximo área de quatro módulos fiscais (pequena propriedade), faz uso predominante de mão-de-obra familiar em seu estabelecimento, obtém renda vinculada a esse trabalho e que dirige o empreendimento com a família. Além desses, também são considerados os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombolas, desde que atendam aos requisitos acima. (BRASIL, 2016) Foi a partir dessa lei que a agricultura familiar recebeu uma caracterização formal a respeito de seu conceito.

Antes disto, o reconhecimento formal da agricultura familiar foi dado pouco a pouco, a partir de diversas medidas, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, o Programa Garantia de Safra em 2002, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2003, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em 2003, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) em 2005, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) em 2007, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em 2009, entre outros. (PICOLOTTO, 2011)

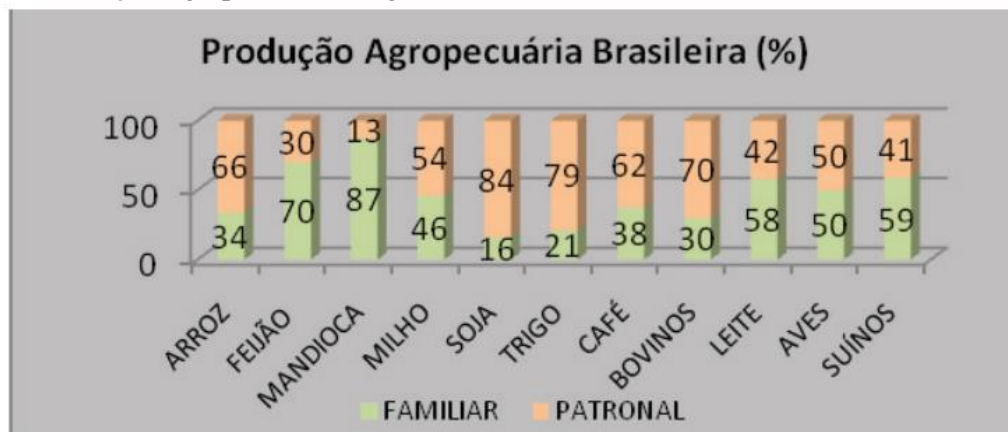
De acordo com (PICOLOTTO, 2011), a agricultura familiar vem se destacando no Brasil por três motivos distintos, mas complementares: “o aumento da importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes”; o “reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar” e a “reversão das avaliações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada”.

Além disso, ela vem ganhando espaço por fornecer garantia de segurança alimentar e nutricional. Desta forma, o número de políticas públicas para esse setor, principalmente as que visam à maximização da produção dos agricultores e o incentivo a permanência das famílias no campo, vem se tornando mais comuns. (GRISAI; SCHNEIDER, 2014)

Neste trabalho, será considerada apenas a agricultura familiar, tendo em vista suas particularidades com relação à agricultura não familiar. Nela, podemos observar, além das características já citadas anteriormente, a diversidade produtiva e a importância da agropecuária, que tem papel fundamental na geração de renda desse público. (BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, 2017)

O gráfico abaixo mostra a importância da agricultura familiar na produção de alimentos. Nele, pode-se perceber, em alguns casos, uma maior produção familiar, quando comparada com a patronal, como no caso da mandioca, feijão, leite e suínos:

Gráfico 1: Produção Agropecuária da Agricultura Familiar versus Patronal (2006)



Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006)

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o Brasil contava com 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, que utilizavam 80,25 milhões de hectares. A título de comparação, cada estabelecimento da agricultura familiar possuía em média 18,37 hectares, enquanto o da agricultura não familiar contava, em média, com 309,18 hectares. (IBGE, 2016) Esses dados podem ser vistos na Tabela 2.

Tabela 2- Total de estabelecimentos e área total da agricultura – 2006

Agricultura	Total de Estabelecimentos	Área Total (há)
Total	5.175.489	329.941.393
Agricultura familiar – Lei nº 11.326	4.367.902	80.250.453
Não Familiar	807.587	249.690.940

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 2016

A Tabela 3 mostra o total de estabelecimentos e de hectares das agriculturas familiares e não familiares no Estado de Minas Gerais.

Tabela 3- Total de estabelecimentos e de hectares das agriculturas familiares e não familiares no Estado de Minas Gerais - 2006

Agricultura	Total de Estabelecimentos	Área Total (há)
Total	551.617	32.647.547
Agricultura familiar – Lei nº 11.326	437.415	8.845.883
Não familiar	114.202	23.801.664

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE, 2016

Assim como no Brasil, em Minas a área total da agricultura não familiar era maior que a agricultura familiar, porém contava com um número menor de estabelecimentos, o que indicava mais hectares por estabelecimentos não familiares, com relação a estabelecimentos familiares. (IBGE,2016) Apesar disso, como visto no Gráfico 1, em alguns casos as famílias agricultoras produziram maior quantidade de alimentos, o que mostra maior eficiência.

Com relação a utilização das terras, a agricultura familiar brasileira contava em 2006 com 45% dos hectares voltados à pastagens, 22% destinado às lavouras e o restante eram matas, florestas ou sistemas agroflorestais.

Já em Minas Gerais, em 2006 haviam cerca de 60% dos hectares destinados à pastagem, 18% voltados às lavouras e 21% eram matas, florestas ou sistemas agroflorestais. (IBGE,2016)

A respeito da população brasileira envolvida nesse tipo de agricultura, eram 12,3 milhões de pessoas. O Censo também revelou um importante ponto: o baixo grau de escolaridade e qualificação da mão de obra, já que apenas 1,38% dos agricultores familiares declararam possuir qualificação profissional. (IBGE,2016)

5.1 Agricultura familiar x pobreza

De acordo com a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONUBR), a América Latina e o Caribe, que possuem juntos 16,5 milhões de fazendas de agricultura familiar, têm a maior parte dos alimentos produzidos por esse grupo de agricultores. Porém essa população ainda é muito afetada pela fome e pela pobreza.

Em 2016, cerca de 44% das famílias agricultoras da América Latina e Caribe estavam em condições de pobreza⁵ e mais de 27% foram considerados extremamente pobres⁶. (FAO, 2016)

A fome é definida por Monteiro como:

A fome crônica, permanente, a que nos interessa aqui, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. (MONTEIRO, 1994)

O conceito de pobreza é bastante complexo, tendo em vista que pode levar em consideração diversos aspectos, como apenas os econômicos ou introduzindo também os não econômicos; pobreza comparativa ou absoluta. (CRESPO, GUROVITZ, 2006)

A pobreza como conceito relativo é de abordagem macroeconômica e diz respeito a forma como a renda é desigualmente distribuída, sendo definida a partir da divisão entre aqueles que possuem um alto padrão de vida e aqueles que não conseguem obter tudo o que os membros da camada elevada obtém, seja salário, condições favoráveis de emprego ou poder. Essa conceituação pode ser falha por não levar em conta a diferença entre pobreza e desigualdade, além disso, não estabelece uma linha na qual a pobreza deixaria de existir, restando apenas a desigualdade. (CRESPO, GUROVITZ, 2006)

Já a definição de pobreza como conceito absoluto, também de cunho macroeconômico, é visto quando são fixados padrões mínimos, que supram as necessidades,

⁵ São considerados pobres aqueles que possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (em reais de agosto de 2010) (ATLASBRASIL, 2013)

⁶ Extremamente pobres são aqueles indivíduos que obtiverem menos de R\$ 70,00 mensais per capita (em reais de agosto de 2010). ATLASBRASIL, 2013

sendo esse o limite da linha da pobreza, portanto, pobres seriam aqueles indivíduos que estão abaixo dessa linha. Esses padrões podem ser definidos de diversas formas, levando em consideração necessidades nutricionais, de moradia e vestuário ou considerando o salário mínimo, entre outros fatores. (CRESPO, GUROVITZ, 2006)

Para Amartya Sen (1999), a pobreza priva os indivíduos de capacidades básicas, indo além do conceito que leva em consideração apenas a renda. Segundo ele, a capacidade básica diz respeito a fatores econômicos e sociais, como educação, saúde e emprego, já que esses elementos dificultam a geração de renda do indivíduo.

De modo simplificado, MONTEIRO (1994) define a pobreza da seguinte forma: “Corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras” e complementa dizendo que, de forma geral, as definições operacionais consideram como pobres aqueles que se encontram abaixo da linha da pobreza⁷.

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010, 25,5% dos moradores rurais estavam em situação de extrema pobreza, enquanto no meio urbano, a incidência era de 5,4%.

Segundo a PNAD (2009), os extremamente pobres eram cerca de 27% da população rural total e os pobres, 28% dessa população, totalizando em média 55% dos que vivem no campo.

Na Figura 1, pode-se observar que a pobreza também é mais recorrente no campo, quando comparada com o meio urbano. Porém, essa diferença em termos percentuais, vem se reduzindo a cada ano.

⁷ A linha da pobreza é definida de acordo com o custo estimado para aquisição, em cada região brasileira, de uma cesta básica de alimentos que satisfaça os requisitos nutricionais humanos

Figura 1: Percentual da pobreza em Minas Gerais, Região Metropolitana, Sudeste e Brasil, bem como nos espaços urbanos e rurais nos anos de 2003 à 2012

Proporção de pobres [%]
Minas Gerais - Urbano e Rural - RMBH, Sudeste e Brasil (2003-2013)

UNIDADE GEOGRÁFICA	ANO										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1/2 DE SALÁRIO MÍNIMO											
Minas Gerais	31,90	29,49	29,88	29,81	29,22	26,99	26,12	..	24,87	23,81	...
RMBH	24,88	22,56	22,77	23,71	21,66	20,19	18,52	..	16,66	14,71	...
Espaço Urbano	28,92	27,03	28,30	28,06	27,33	25,57	26,36	..	24,55	24,33	...
Espaço Rural	59,29	56,92	59,06	59,19	58,01	55,68	55,03	..	54,73	54,63	...
Sudeste	22,00	20,54	21,53	21,40	20,62	19,31	19,58	..	18,42	18,37	...
Brasil	33,72	32,24	33,72	33,43	32,58	30,65	31,14	..	29,21	29,03	...

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 8

Apesar da pobreza ser mais recorrente no campo, de acordo com o representante regional da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, 2016):

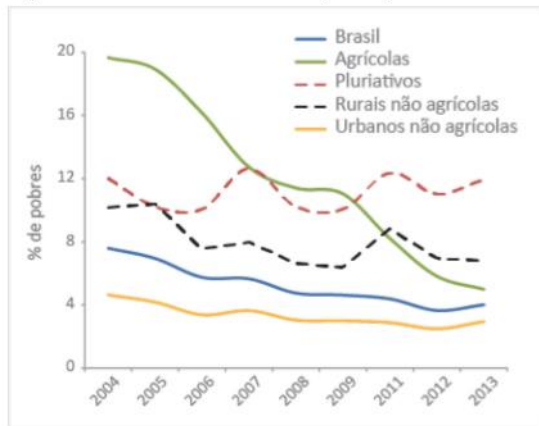
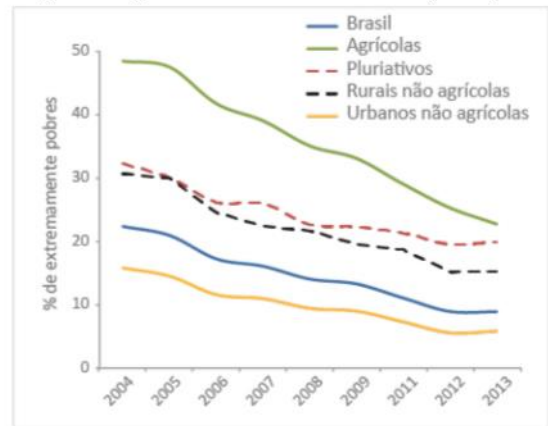
Brasil e Chile demonstram que este setor (pequena agricultura) *tem* um enorme potencial inexplorado e que, com as políticas corretas, a agricultura familiar passar a ser parte da solução do problema da fome, em vez de ser parte do problema. (BENITÉZ)

Para isso, a ONU realizou propostas com o objetivo de reduzir essa pobreza, entre elas estão o fortalecimento das redes de abastecimento público, melhora nas condições de trabalho e de comércio que adquirem produtos da agricultura familiar.

O Brasil vem evoluindo ao longo dos anos com relação a redução da quantidade de população em situação de pobreza e extrema pobreza. Os resultados do período de 2004 a 2013 foram visivelmente mais significativos nos domicílios agrícolas, como pode ser observado nos gráficos da figura a seguir.

⁸ Salário mínimo considerado em setembro de cada ano.

Figura 2: Porcentagem da população pobre e extremamente pobre no Brasil

Porcentagem da população pobre, segundo tipos de domicílios – Brasil (2013)**Porcentagem da população extremamente pobre, segundo tipos de domicílios – Brasil (2013)**

9

Fonte: Grisa, Schneider (2015, p. 2)

A redução da pobreza não está diretamente ligada ao crescimento econômico, por isso, ela demanda grande esforço do Estado, que deve balancear política econômica e social. (FAO, 2016, p. 16)

Nos anos de 1990, começaram a surgir mudanças importantes relacionadas às políticas públicas voltadas ao espaço rural, em especial à agricultura familiar. Dois pontos foram cruciais para que essas transformações ocorressem, um deles tem relação à segurança alimentar e nutricional, que através da campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” buscou combater a fome e a miséria da população, que ganhou mais força com a criação do programa “Fome Zero”, em 2003. O segundo aspecto é relacionado à importância econômica e social da agricultura familiar no desenvolvimento do país, que foi fortalecido com o surgimento do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” –Pronaf. (HESPANHOL, 2013)

Lamarche (1993) afirma que a agricultura familiar conseguiu se manter durante todos esses anos devido a sua capacidade de se adaptar ao meio, além de ser bastante

⁹ “A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.” (BAUMEL e BASSO (2004) *apud* PIRES; SPRICIGO, p. 139 (ca 2005)

heterogênea, fatores que permitiram sua sobrevivência, apesar das modificações políticas, socioeconômicas e históricas que ela foi submetida. (LAMARCHE, 1993)

De acordo com André Quintão¹⁰, a desigualdade em Minas Gerais se dá pela falta de diversificação da economia, baseada por muito tempo na extração de minério e produção de café. Os locais onde não era possível exercer essas atividades acabaram sendo desprivilegiados. Para ele, a solução está no investimento na agricultura familiar nas áreas rurais mais carentes

Segundo Luiz Lobo¹¹, o problema da pobreza e baixo desenvolvimento da região do Vale do Jequitinhonha, assim como no norte de Minas Gerais se iniciou nas décadas de 1960 e 1970, com a migração do campo para a cidade. Desta forma, ficou entendido que a área rural seria destinada à grandes projetos agropecuários, fazendo com que o desenvolvimento chegasse a essa região, porém esse progresso não ocorreu, já que não houveram investimentos suficientes.

Essa negligência durou cerca de três décadas, onde não haviam políticas públicas específicas para a região do Jequitinhonha e Norte de Minas, o que contribuiu para o aumento da desigualdade em Minas Gerais. (RAMOS, 2015)

Em 2014, o Brasil foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)¹² como “um país livre da fome”. De acordo com ela:

Essa conquista decorre da decisão política de promover o crescimento econômico com distribuição de renda e o desenvolvimento de diversas políticas públicas com grande impacto nas famílias em situação de vulnerabilidade social, com impressionantes resultados alcançados na redução das desigualdades e da pobreza, que são objeto de amplo reconhecimento internacional. (FAO, 2016, p.1)

¹⁰ Secretário Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese).

¹¹ Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene.

¹² A FAO “Lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar”, atua como um fórum neutro, onde ocorrem debates, acordos e incentivo a iniciativas inovadoras entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos.

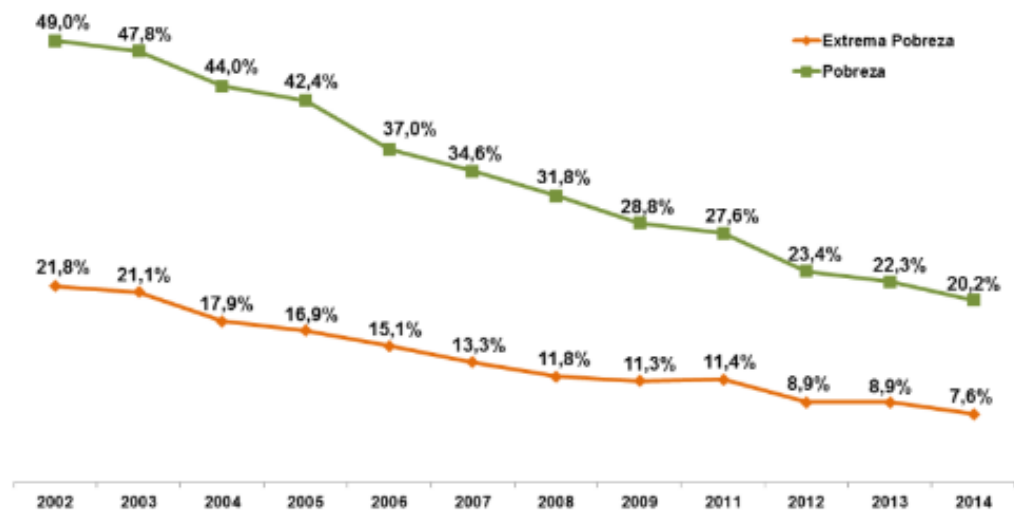
Uma das políticas que a FAO apoia no Brasil, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, além de ter colaborado com o Fome Zero, que tinha como um de seus eixos o Programa de Aquisição de Alimentos. (FAO, 2016, p.1)

Devido aos problemas relacionados ao campo, o Brasil desenvolveu ao longo dos anos, diversas políticas voltadas à redução da pobreza e melhora das condições de vida das populações rurais, sendo reconhecido internacionalmente pelo sucesso de alguns programas:

O Brasil tornou-se exemplo de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e ao desenvolvimento rural, ou melhor, de fomento à agricultura familiar. O país tem, inclusive, “exportado” algumas dessas políticas, notadamente o Bolsa Família e o PAA. (GRISA, SCHNEIDER, 2015, p. 1)

O Gráfico 2 ilustra os resultados obtidos entre 2002 e 2014 no Brasil, com relação à redução da pobreza e da extrema pobreza:

Gráfico 2: Taxas de pobreza e extrema pobreza na área rural. PNAD/IBGE e MDS, 2002 a 2014

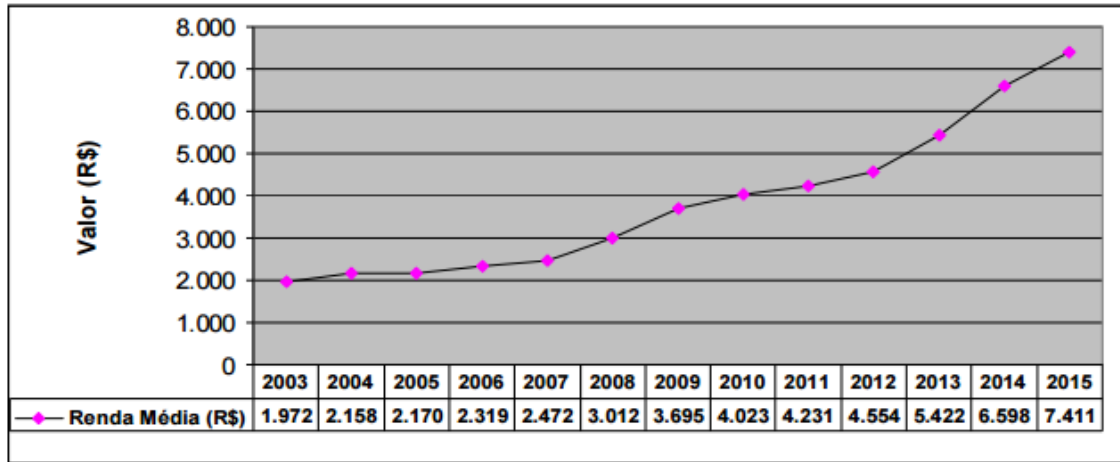


Fonte: PNAD 2014

De acordo com a pesquisa, esse resultado é fruto de diversos fatores, entre eles, o esforço público, através de programas voltados aos mais pobres. Com relação ao meio rural, os avanços são devidos à programas como o PAA e o Cisternas.

O Gráfico 3 mostra o aumento da renda média dos agricultores familiares que participaram do Programa de Aquisição de Alimentos, o que demonstra mais uma vez sua importância frente ao combate da pobreza.

Gráfico 3: Renda média dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2015 em reais (R\$)



Fonte: SUPAF/GECAF

6. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos surgiu como forma de reduzir a desigualdade no campo, levando maiores oportunidades para a população rural. De acordo com Maluf,

A criação do PAA tem como objetivo romper com o círculo vicioso da fome, provocado pela falta de políticas que criem novas oportunidades de emprego e renda, evidenciando assim uma forma integrada de se pensar tanto as políticas sociais como aquelas destinadas à agricultura, já que privilegia a agricultura familiar. Isso porque, “viabilizar a produção agroalimentar é, ao mesmo tempo, enfrentar a pobreza rural e um dos principais focos de insegurança alimentar. (MALUF, 2001, p. 166)

Segundo a Conab, o Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003 a partir da Lei nº 10.696, sendo, na época, um dos eixos do Fome Zero, estando inserido durante esse período, no fortalecimento da agricultura familiar, além de também ter sido criado com a intenção de complementar o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Sua existência se baseia no direito humano de receber uma alimentação minimamente adequada, que conte com a quantidade e qualidade suficientes de nutrientes para o desenvolvimento saudável da população. Atualmente, o programa está inserido no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em conformidade com o decreto número 7.775 de 2012. Segundo cartilha do PAA, criada pelo MDA, o programa possui duas finalidades básicas, sendo elas o incentivo à agricultura familiar e à promoção do acesso à alimentação.

O PAA foi o primeiro programa a ser lançado que envolveu o Estado na comercialização de alimentos produzidos em pequena quantidade pela agricultura familiar. (VIEIRA; VIANA, c.a. 2006)

De acordo com a lei 10.696, de 2 de julho de 2003, responsável pela instituição do PAA, o programa conta com diversas finalidades. (BRASIL, 2003):

- I. Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
- II. Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

- III. Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV. Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V. Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI. Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII. Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII. Promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX. Estimular o cooperativismo e o associativismo.

Um grande passo para essa política foi a criação da Lei Nº 11.346/2006, que deu origem ao (SISAN), que visa “assegurar o direito humano à alimentação adequada”.

De acordo com a Lei Nº 11.346/2006:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL. Lei Nº 11.346/2006)

E abrange, entre outras:

A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País. (BRASIL. Lei Nº 11.346/2006)

Existem dois principais beneficiários do programa, os fornecedores, que englobam:

Os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. (BRASIL. Lei Nº 11.346/2006)

Que se beneficiam do programa por meio da venda de seus alimentos e os consumidores, que “são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição”, que recebem um produto de qualidade.

Segundo a Conab, o programa ainda possui outros objetivos, como: “a distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agro biodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional”.

Ao longo do tempo ele foi sofrendo alterações, como por exemplo, a que ocorreu em 2011 pela Lei nº 12.512, trazendo como uma vantagem a dispensa da celebração de convênio, que foi substituído por um Termo de Adesão, se tornando menos burocrático e permitindo um pagamento da União direto com agricultor, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Esse termo é assinado pelo governo federal e governo estadual ou municipal, tem vigência de cinco anos e determina o papel de cada envolvido. (FAO, 2016. P. 126) Outra vantagem do Termo de Adesão é que ele prevê um sistema informatizado, que conta com todos os dados necessários ao programa e há pagamento direto ao agricultor familiar, por meio de um cartão bancário exclusivo para esse recurso. (UNICAFES, 2014) Já no caso do Termo de Cooperação, é necessário que os agricultores estejam ligados a uma cooperativa ou associação, que deve encaminhar uma proposta (deve conter a caracterização do produto, sua quantidade, preço e prazo) à Conab, companhia responsável por realizar o pagamento quando há um termo de cooperação. (BRASIL, 2016)

Além disso, a regulamentação do Programa de Aquisição de Alimentos se deu a partir de diversos decretos, sendo que é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 o atualmente vigente.

Buscando atender a todas essas finalidades, o PAA foi dividido em várias diferentes modalidades: a compra direta, o apoio à formação de estoques, o PAA Leite, a compra institucional, a aquisição de sementes, o PAA familiar e a compra com doação simultânea. Vale ressaltar que dessas modalidades, apenas duas serão aprofundadas, sendo elas a Compra com Doação Simultânea e o PAA Leite.

A Compra Direta visa manter os preços de determinados alimentos, definidos pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA)¹³. Além disso, são feitos estoques públicos desses produtos e tem-se o apoio a programas que visam o aumento do acesso à alimentação. Quando é detectado que o preço de mercado de algum produto está abaixo do desejável, é anunciado através de diversos meios de comunicação que haverá compra direta daqueles alimentos e os agricultores aptos e interessados comparecem ao local divulgado com a mercadoria a ser vendida. Os produtos que podem ser incluídos na compra direta precisam conter os requisitos mínimos de qualidade, serem próprios de agricultores familiares e são principalmente aqueles não perecíveis e considerados alimentos básicos da alimentação brasileira, tais como arroz, feijão, farinha de trigo e leite em pó integral. Além destes, também são comprados diretamente alguns tipos de castanha, sorgo e milho. O GGPAA também pode definir outros alimentos a participarem dessa modalidade. Sua execução é feita a partir de um Termo de Cooperação, com recursos do MDS e MDA¹⁴, que são repassados para a CONAB.

O Apoio à Formação de Estoques objetiva dar apoio financeiro para a formação de estoques dos agricultores familiares ou suas organizações, para que, desta forma, possa haver uma agregação de valor ao produto e equilíbrio dos preços, possibilitando sua venda em um

¹³ Esses grupos gestores são compostos por representantes titular e suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (que irá coordenar); Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; e Ministério da Educação. (DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012) “O GGPAA é responsável por definir, no âmbito do PAA: a forma de funcionamento das modalidades do Programa; a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores; as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares; e outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA”. (BRASIL, 2016)

¹⁴ Atualmente, “o PAA é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), em parceria com estados, municípios e com a CONAB.”

momento mais oportuno. Desta forma, existem duas possibilidades: são realizados estoques públicos de alimentos ou há uma posterior comercialização desses produtos, para que ocorra uma devolução de recurso financeiro ao Poder Público. Neste caso, podem ser incluídos nessa modalidade apenas aqueles alimentos pertencentes à safra vigente e que estejam dentro dos padrões de qualidade estabelecidos. Para o Apoio à Formação de Estoques, é utilizado o Termo de Cooperação, que tem como responsável a Conab. (BRASIL, 2016)

O PAA Leite visa a elevação do consumo de leite de vaca e cabra pelos brasileiros que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e sua produção por aqueles que fazem parte da agricultura familiar. Essa modalidade é exclusiva à Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, além de Estados do Nordeste. Para participar, o agricultor deve pertencer a uma dessas localidades, além de possuir documentos que comprovem o alcance dos requisitos mínimos de qualidade do produto, além de outros documentos exigidos. Aqueles produtores aptos devem entregar o leite em laticínios específicos, “que serão responsáveis por recepcionar, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os pontos de distribuição, locais pré-definidos onde as famílias beneficiadas retiram sua cota diária de leite”. (BRASIL, 2016)

Por ser uma modalidade exclusiva de algumas regiões, dentre elas os Territórios de Desenvolvimento do Jequitinhonha, além de ter como objeto um alimento específico, o PAA Leite será analisado com maior profundidade neste trabalho.

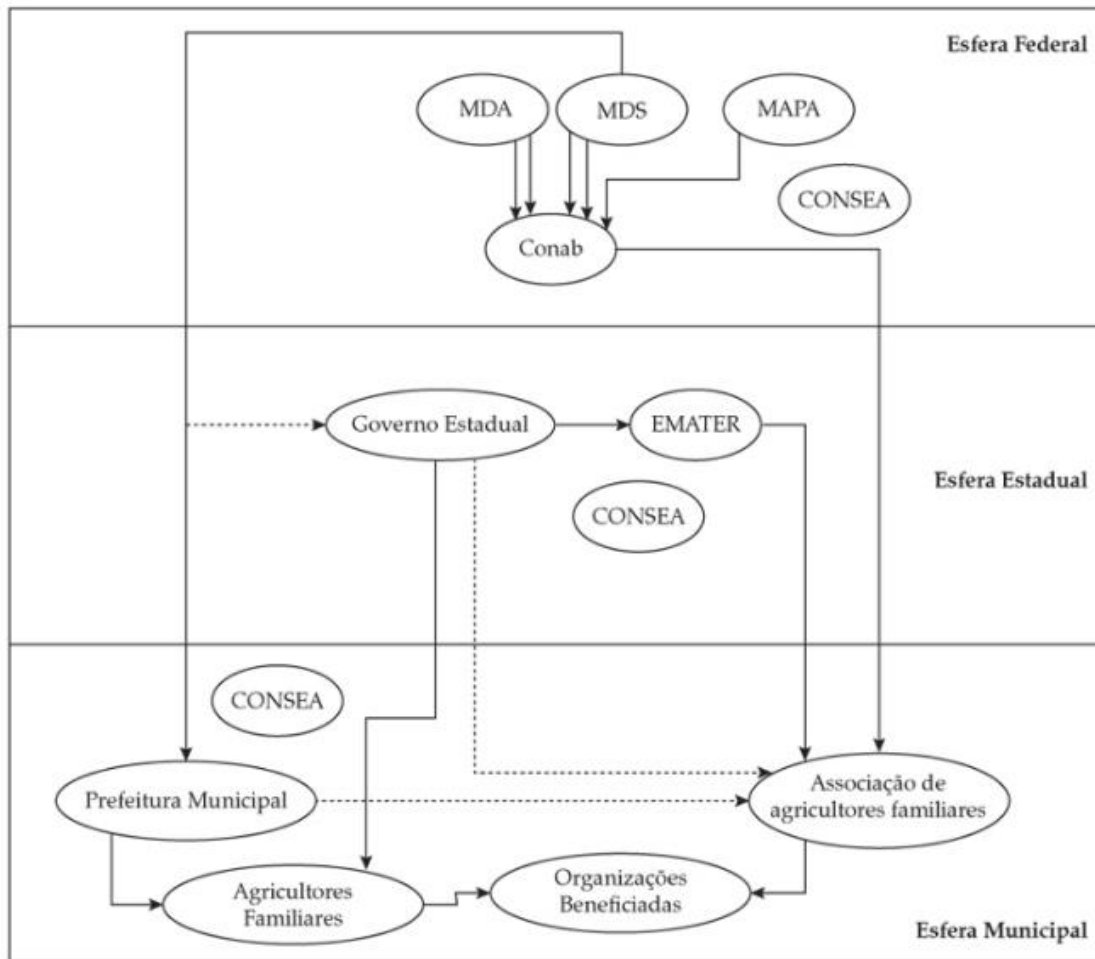
Outra modalidade é a Compra Institucional, que surgiu em 2012 e objetiva a aquisição de alimentos para atender às demandas regulares do setor público, tais como universidades, hospitais públicos, presídios e quartéis. Os recursos financeiros utilizados nessas compras são próprios de quem estiver realizando a compra, ou seja, União, Distrito Federal, Estados ou Municípios. Os alimentos dessa modalidade são todos aqueles voltados a alimentação humana, podendo ser in natura ou processados. Para seleção dos vendedores, será aberto um Edital de Chamamento Público, que visa garantir que todos tenham a mesma oportunidade de venda, dentro das especificações e exigências colocadas. (BRASIL, 2016)

Já a Compra com Doação Simultânea se baseia na aquisição de alimentos variados (inclusive perecíveis, in natura ou processados) que são entregues a uma Central de Distribuição, para pesagem e separação, seguida de doação destinada a diversos locais, como

restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e, em determinadas situações, à rede pública e filantrópica de ensino. Tem como objetivo suplementar a alimentação daqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional, tendo em vista o direito humano à alimentação adequada. Para essa modalidade, há dispensa de licitação e são utilizados recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que realiza o pagamento diretamente aos fornecedores, a partir de um cartão bancário. (BRASIL, 2016) Os recursos e metas são definidos anualmente pelo órgão executor (governo estadual ou municipal) por meio do plano operacional, que deve ser aprovado pelo MDS. (FAO, 2016, p. 126) Em 2012, foi determinado que haveria uma quota mínima de 40% de participação das mulheres nas vendas dos alimentos a serem doados.

A Figura 3 ilustra os atores envolvidos de forma direta nessa modalidade do PAA. A partir dela, fica visível que o programa conta com apoio de diversas esferas. (SIMÃO; SILVA; SILVEIRA, 2014)

Figura 3: Níveis governamentais dos atores diretamente envolvidos na execução do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea



15 16

Fonte: SIMÃO; SILVA; SILVEIRA, 2014.

Na imagem, o MDA e o MDS são responsáveis por gerenciar as ações e fornecer recursos ao programa. Os demais envolvidos tem o papel de executá-lo. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), em Minas Gerais, atua como uma unidade executora indireta, pois ela é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). (SIMÃO *et al.*, 2014)

¹⁵ MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁶ Com a recente mudança, o MDS passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o MDA passou a ser Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), porém ambos mantêm seu papel.

As linhas pontilhadas na figura demonstram como ocorre o PAA municipal e estadual, a partir de um termo de adesão com o MDS e estados. Desta forma, estados e municípios operacionam o programa de forma local. (SIMÃO et al, 2014)

De maneira mais detalhada, a execução do PAA Compra com Doação Simultânea ocorre a partir de um acordo para fornecimento de alimentos entre um grupo formal de agricultores familiares (associações ou cooperativas) e o público beneficiário, a partir de uma Cédula do Produtor Rural (CPR)¹⁷. Quando a Cédula é aprovada, a Conab deposita o valor referente aos preços dos alimentos vendidos em uma conta específica, à medida que os agricultores vão comprovando a entrega dos produtos.

Abaixo, tem-se um quadro onde constam essas cinco modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, com informações adicionais às colocadas até aqui, além de um resumo a respeito das ações de cada uma delas, que visa a facilitação do entendimento acerca das diferenças entre elas.

Quadro 1 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (continua)

Modalidade	Forma de Acesso Individual	Limite¹⁸ R\$ 4,5 mil	Origem do recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar -CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.

¹⁷ A CPR é um documento onde consta a proposta dos agricultores familiares, contendo os tipos de alimentos, preços, quantidade, cronograma de execução, qualidade e duração do acordo. Ela também deve ser assinada pelo público consumidor, que estará ciente do acordo. (SANTOS, 2012)

¹⁸ Esses limites são anuais e por unidade familiar.

Quadro 1 - Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (conclusão)

Modalidade	Forma de Acesso Individual	Limite R\$ 4,5 mil	Origem do recurso	Ação
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite - PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares do consumo de alimentos por parte da União, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: MDA

Uma outra modalidade do PAA é a Aquisição de sementes, que passou a ser operacionalizada pela CONAB em 2015, e surgiu a partir da resolução nº 68 de 02 de setembro de 2014, através do Grupo Gestor do PAA, que regulamentou a modalidade. A nova modalidade se baseia na compra de sementes originadas na agricultura familiar e voltadas ao consumo humano ou animal, para posterior doação. Assim como nas outras modalidades, essa também possui um limite, sendo ele de R\$ 16.000,00 por família e por ano, desde que não ultrapasse o limite de R\$ 6.000.000,00 por organização fornecedora. (CONAB, 2014)

Para participar do PAA, o agricultor familiar também deve se enquadrar nos requisitos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. (MATOS, NOIA, 2014)

Já com relação à origem dos recursos voltados ao PAA, também houve variações ao longo do tempo, segundo Hespanhol (2013), de 2003 à 2010, o MDS foi responsável por mais de 89% dos recursos do programa. Os recursos destinados ao PAA são pertencentes ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atualmente MDSA, mas sua operacionalização ocorre através dos municípios, Estados, Distrito Federal e pela Conab, que é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

É possível verificar a evolução em termos de número de agricultores que participaram do programa, ao longo dos anos, através do gráfico a seguir:

Gráfico 4: Evolução do número de agricultores (DAPs) do PAA – Brasil (2003 a 2013)



Fonte: SAF/MDA.

De acordo com Hespanhol (2013), o aumento dos números verificados na tabela é considerável, porém ainda muito modesto, tendo em vista que o programa não abrangeu nem 5% dos agricultores familiares, tendo como base os números do Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Portanto, o número de produtores participantes é bem menor que o número de famílias que possuem dificuldades para comercializar os alimentos que são produzidos com esse fim.

Já a queda vista em 2013 se deve à reestruturação do PAA, que visou melhorar principalmente os procedimentos para doação dos alimentos, aumentando a transparência e o controle de qualidade.

Segundo Grisa e Scheineder (2015) o êxito do programa pode ser medido em partes pela sua rápida expansão ao longo dos anos. E neste ponto, PAA passou a atender mais que o dobro de agricultores familiares de 2004 à 2011.

Com relação aos recursos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil, a Tabela 4 ilustra a evolução dos valores correntes ao longo dos anos: (GRISA; SCHEINER, 2015)

Tabela 4- Evolução dos recursos do PAA no Brasil – 2003 a 2013

Ano	Valores correntes* (R\$ milhões)
2003	267
2004	294
2005	535
2006	763
2007	671
2008	666
2009	787
2010	819
2011	796
2012	900
2013	466

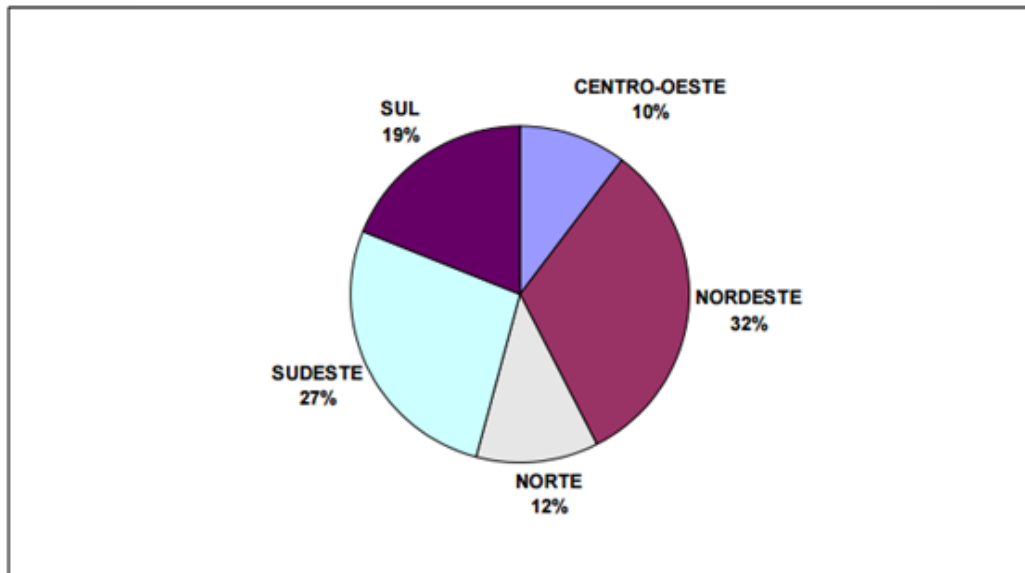
Fonte: Sambuichi *et al* (2013) PAA Data/MDS e Conab (2011-2013)

Nota*: Valores deflacionados com fundamentação no IGP-DI, tendo dezembro de 2013 como ano base.

Como pode ser observado, os recursos destinados ao programa vem se elevando acima da inflação ao longo dos anos, o que também pode indicar uma maior abrangência do PAA. (GRISA; SCHEINER, 2015, p.28)

Com relação à distribuição dos recursos do Programa no Brasil, o Gráfico 5, abaixo, mostra uma maior participação do Nordeste e Sudeste. (CONAB, 2015)

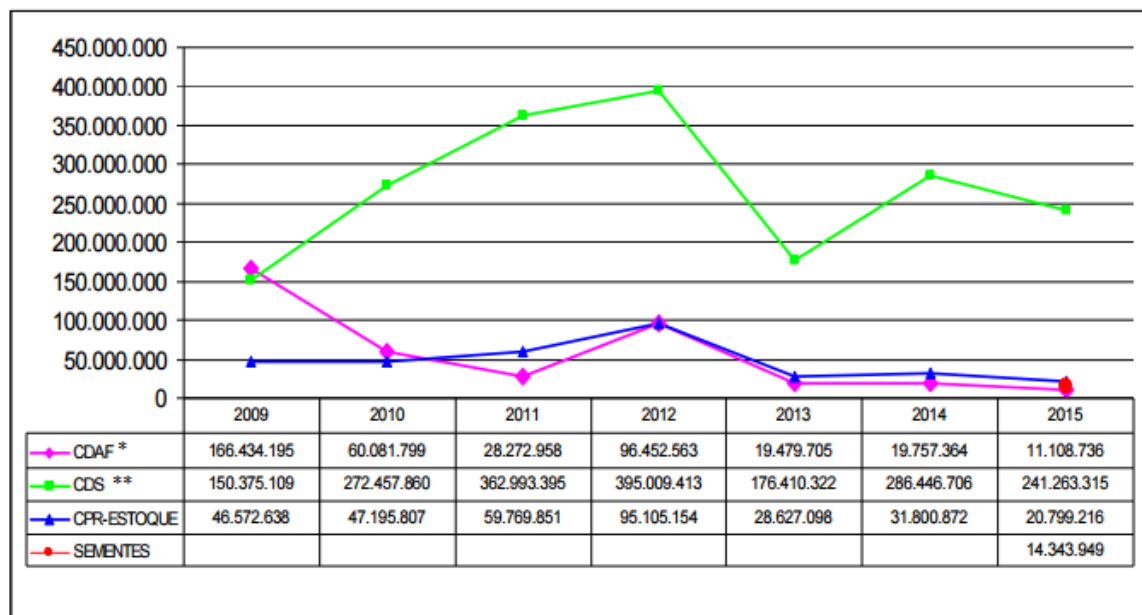
Gráfico 5: Distribuição dos recursos do PAA por região do Brasil em 2015



Fonte: SUPAF/GECAF

As modalidades do PAA são independentes entre si, desta forma, o desempenho do programa no Brasil é medido a partir do desempenho de cada uma de suas modalidades, que pode ser visto no Gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6: Evolução das modalidades do PAA de 2009 a 2015



Fonte: SUPAF/GECAF
1920

O gráfico acima mostra, ao longo dos anos, o melhor desempenho da modalidade de Compra com Doação Simultânea. De acordo com a Conab, essa performance é fruto da possibilidade de comercializar produtos típicos da agricultura familiar, como hortaliças, frutas, doces e biscoitos caseiros.

Por seu melhor resultado em comparação à outras modalidades, a CDS foi selecionada para esse estudo, juntamente com a modalidade de Incentivo à produção e consumo do leite –PAA Leite, tendo em vista que essa modalidade é específica do Norte de Minas Gerais e abrange os territórios do Jequitinhonha, além de estados do Nordeste.

Uma característica marcante do programa é sua flexibilidade, adaptando-se às especificidades regionais, por isso encontra-se em constante (re) formulação desde sua implantação no Plano Safra de 2003/2004. O PAA tem sido aprimorado no seu arcabouço jurídico-institucional, no modo de operação e de suas modalidades, parcerias e as fontes de recursos envolvidas. (PORTO, 2009)

¹⁹ CDAF: Compra Direta da Agricultura Familiar.

²⁰ CDF: Compra com Doação Simultânea.

Entre os benefícios do programa, DELGADO (2005) destaca o auxílio que essas famílias recebem com relação à produção para o autoconsumo, além de outras melhorias indiretas, como a recuperação de preços, exploração racional do espaço rural, preservação da cultura alimentar regional, maior planejamento com relação a quantidade de alimentos a ser produzida, comprada e vendida, de forma a evitar possíveis desperdícios e garantia de circulação de renda na economia local. (VIEIRA; VIANA, (entre 2006 e 2010))

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o PAA possui alguns obstáculos, tais como:

[...] desconhecimento sobre as regras e o seu padrão de funcionamento, a precariedade da infraestrutura produtiva e de transporte, a instabilidade na oferta, as dificuldades eventuais de acesso à DAP, a logística de distribuição, as exigências da vigilância sanitária e a inexperiência dos gestores. (FAO, 2016, p.129)

Além desses, outros destacados são os atrasos nos pagamentos dos agricultores e as exigências burocráticas necessárias, que se tornaram ainda mais morosas pelo despreparo das famílias em atender a esses requisitos. (FAO, 2016, p.130)

6.1 O PAA em Minas Gerais e nos Territórios de Desenvolvimento do Jequitinhonha

A Tabela 5 faz um comparativo entre as modalidades do PAA em 2015 e o valor, em reais, destinado a cada uma delas, em Minas Gerais e no Sudeste. Mais uma vez, é visto que a Compra com Doação Simultânea possui maiores recursos, tanto no estado quanto na região.

Tabela 5- Distribuição dos recursos do PAA por modalidade de comercialização em 2015, em reais (R\$)

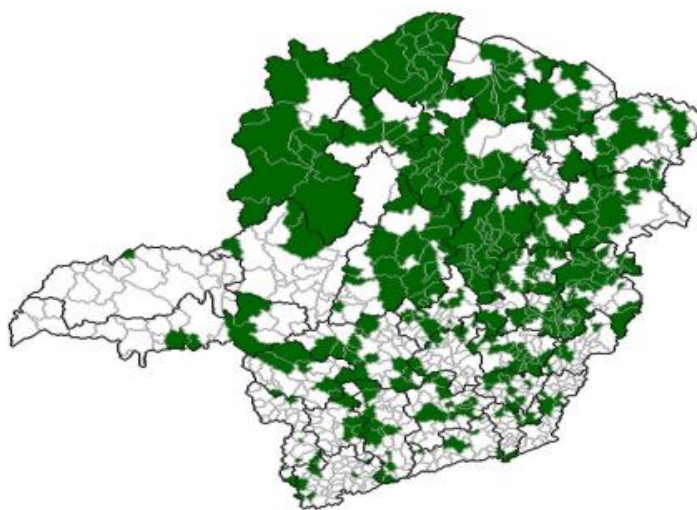
Região/ UF	CDAF ²¹	CDS ²²	CPR- Estoque ²³	Sementes	Total
Sudeste		0 77.077.400,37	319.800,00	505.360,40	77.902.560,77
Minas Gerais		0 15.217.315,89	0	505.360,40	157.222.676,29
Total	11.108.735,50	241.263.315,40	20.799.215,92	14.343.948,91	287.515.215,73

Fonte: SUPAF/GECAF Adaptação Própria

Segundo a Emater, em 2014, haviam 306 municípios de Minas Gerais atendidos pelo programa, que englobavam 13.820 famílias beneficiadas e totalizava R\$ 69.100.000,00 em recursos aplicados. Os municípios favorecidos estão destacados no mapa de Minas Gerais, a seguir:

Figura 4: Municípios favorecidos pelo PAA em Minas Gerais - 2014

Famílias beneficiadas	13.820
Municípios atendidos	306
Valor total aplicado no Estado	R\$ 69.100.000,00



Fonte: EMATER, 2014

Pode-se perceber, a partir do mapa, que a maioria dos municípios beneficiados se encontra no Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas, regiões onde há maior necessidade do programa em Minas Gerais.

²¹ CDAF: Compra Direta da Agricultura Familiar

²² CDS: Compra com Doação Simultânea

²³ CPR- Estoque: Formação de Estoques pela Agricultura Familiar

Em 2013, a partir da lei 20.608, que foi regulamentada em janeiro de 2015, surgiu em Minas Gerais uma nova modalidade de Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA Familiar, que obriga órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e que dependem de recursos do tesouro estadual, a destinar pelo menos 30% dos recursos voltados a alimentos in natura ou manufaturados à aquisição direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar ou suas organizações (MINAS GERAIS, 2013), sem que haja necessidade de procedimento licitatório, sendo necessária somente a chamada pública. = De acordo com Ademar Pires²⁴, só o novo PAA deve movimentar cerca de 10 milhões de reais por ano na agricultura familiar. Desta forma, a nova modalidade visa aos agricultores familiares, um maior acesso ao mercado, que contribui para o desenvolvimento do setor. (ACONTECEU NO VALE, 2015) (AGÊNCIA MINAS, 2015) Além disso, há um incentivo à alimentação saudável, à cultura regional e práticas sustentáveis. “ A gestão da PAAFamiliar é realizada por um colegiado composto por representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG, Federação dos Trabalhadores de Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, Articulação Mineira de Agroecologia – AMA e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado de Minas Gerais – UNICAFES-MG.”

Apesar deste trabalho ter como foco duas modalidades do Programa, com a inclusão do PAA Familiar, Minas Gerais passa a possuir 6 modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, o que demonstra um esforço cada vez maior do Estado em valorizar a agricultura familiar. (MINAS GERAIS, 2015) Cada agricultor familiar está possibilitado de participar de mais de uma modalidade do Programa, desde que atenda aos requisitos de cada modalidade.

Nas tabelas 6 e 7, pode-se observar quais municípios do Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha possuíram agricultores participantes do Programa de Aquisição de Alimentos em 2014 e 2015, assim como o número de entidades participantes, de atendimentos realizados, quantidade de recursos pagos aos agricultores e peso dos produtos adquiridos da agricultura familiar:

²⁴ Coordenador técnico estadual e gestor do PAA da EMATER.

Tabela 6- Municípios do território do Médio e Baixo Jequitinhonha participantes do PAA Compra com Doação Simultânea e PAA Leite em 2014

Município	Nº de Agr. Fornecedores	Nº Entidades	Nº de Atendimentos	Recursos (R\$)	Produtos (Kg)
Caraiá	74	0	0	248.672,29	89.619,37
Itaobim	1	1	260	652,81	694,54
Araçuaí	2	0	0	3.686,00	3.921,60
Novo Cruzeiro	11	0	0	12.688,57	13.499,59
Padre Paraíso	10	0	0	14.642,15	15.578,04
Pedra Azul	13	0	0	47.774,05	24.703,00
Ponto dos Volantes	5	0	0	6.560,11	6.979,42
Coronel Murta	21	0	0	38.076,38	40.510,13
Virgem da Lapa	1	0	0	3.697,64	3.933,98
Santo Antônio do Jacinto	45	6	2357	292.327,38	87.977,00
Total	183	7	2.617	668.777,38	287.416,67
Minas Gerais	8564	160	292.845	28.636.929,41	18.748.951,81

Fonte: PAA DATA. Elaboração Própria

Tabela 7- Municípios do território do Médio e Baixo Jequitinhonha participantes do PAA Compra com Doação Simultânea e PAA Leite em 2015

Município	Nº de Agr. Fornecedores	Nº Entidades	Nº de Atendimentos	Recursos (R\$)	Produtos (Kg)
Caraiá	81	34	743	216.031,79	78.410,93
Bandeira	21	11	302	115.637,63	25.677,96
Jordânia	1	-	-	7.082,77	2.987,18
Araçuaí	3	-	-	-	-
Novo Cruzeiro	5	-	-	-	-
Pedra Azul	41	-	-	103.615,49	52.197,50
Coronel Murta	5	-	-	-	-
Virgem da Lapa	1	-	-	-	-
Total	158	45	1.045	442.367,68	159.273,57
Minas Gerais	9.989	629	1.407.387	28.841.154,80	13.156.192,50

Fonte: PAA DATA. Elaboração Própria

Comparando as tabelas, percebe-se que o número de municípios do território que participaram do programa se reduziu, assim como o número de agricultores e de atendimentos. Apesar disso, o número de entidades participantes se elevou, porém a quantidade de recursos e de produtos foi menor, quando se compara 2014 e 2015.

Em comparação com Minas Gerais, em 2014, o Médio e Baixo Jequitinhonha teve uma participação de apenas 2,33% dos recursos do programa e em 2015, essa participação foi menor ainda, sendo cerca de 1,53%.

Já para Minas Gerais, as tabelas mostram que o estado apresentou um aumento pequeno com relação número de agricultores familiares fornecedores, assim como o número de entidades. A quantidade de recursos também se elevou, porém foi pouco significativa.

Já as tabelas a seguir, trazem as mesmas informações anteriores, porém do Território do Alto Jequitinhonha, também nos anos de 2014 e 2015:

Tabela 8- Municípios do território do Alto Jequitinhonha participantes do PAA Compra com Doação Simultânea e PAA Leite em 2014

Municípios	Nº de Agr. Fornecedores	Nº Entidades	Nº de Atendimentos	Recursos (R\$)	Produtos (Kg)
Capelinha	258	0	0	267.228,21	284.308,78
Diamantina	78	0	0	124.785,65	132.761,64
Veredinha	6	0	0	9.040,40	9.618,24
Aricanduva	132	0	0	292.917,11	306.718,82
Gouveia	51	0	0	-	-
Itamarandiba	111	0	0	42.400,72	41.763,78
Minas Novas	147	0	0	134.520,98	57.617,37
Senador Modestino Gonçalves	42	0	0	111.470,46	118.595,38
Serro	3	0	0	-	-
Turmalina	56	0	0	92.061,73	97.946,09
Datas	77	1	3.500	216.102,55	152.426,28
Felício dos Santos	29	0	0	79.327,57	84.397,99
Carbonita	12	0	0	1.358,00	1.444,80
Total	1.002	1	3.500	1.371.213,38	1.287.599,17
Minas Gerais	8.564	160	292.845	28.636.929,41	18.748.951,81

Fonte: PAA DATA. Elaboração Própria

Tabela 9- Municípios do território do Alto Jequitinhonha participantes do PAA Compra com Doação Simultânea e PAA Leite em 2015

Município	Nº de Agr. Fornecedores	Nº Entidades	Nº de Atendimentos	Recursos (R\$)	Produtos (Kg)
Capelinha	328	0	0	5677,47	1822,55
Diamantina	58	0	0	0	0
Leme do Prado	16	0	0	0	0
Veredinha	7	0	0	0	0
Aricanduva	315	14	506	122716,71	24631,91
Gouveia	54	0	0	0	0
Itamarandiba	76	0	0	0	0
Minas Novas	20	0	0	0	0
Rio Vermelho	1	0	0	5498,8	3440
Senador Modestino Gonçalves	50	0	0	0	0
Serro	4	0	0	0	0
Turmalina	53	0	0	0	0
Couto de Magalhães de Minas	15	0	0	0	0
Datas	40	0	0	0	0
Felício dos Santos	23	0	0	0	0
São Gonçalo do Rio Preto	12	0	0	0	0
Carbonita	9	0	0	0	0
Total	1081	14	506	133892,98	29894,46
Minas Gerais	9.989	629	1.407.387	28.841.154,80	13.156.192,50

Fonte: PAA DATA. Elaboração Própria

No Território de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha, pode-se observar a partir das tabelas acima, que o número de agricultores familiares fornecedores do PAA de 2014 para 2015 se elevou um pouco, apesar do aumento significativo de municípios participantes. Outro ponto que vale destaque é a queda na quantidade de recursos nesse Território, assim como o peso dos alimentos.

Em comparação com Minas Gerais, o Alto Jequitinhonha teve apenas 4,79% dos recursos do Estado em 2014. Já em 2015, essa participação se reduziu significativamente, sendo apenas de 0,46%.

O Programa de Aquisição de Alimentos, por ser Inter setorial e bastante abrangente, conta com um amplo controle, realizado a partir do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) ou, em sua falta, pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável ou os Conselhos de Assistência Social, que irão acompanhar a execução do

PAA. Somando-se a isso, há ainda participação social no Comitê, que também conta com representantes governamentais.

Desta forma, de acordo com a Conab, a importância do PAA se dá pela possibilidade de inserir o Estado nas ações de incentivo aos agricultores familiares, a partir da compra de sua produção, e, segundo o MDA, do estímulo de agregação de valor à produção e da sensação de segurança a esse produtor, que pode se programar melhor a partir da garantia da renda e da quantidade de alimentos a ser produzida. Outro ponto é a melhora nutricional daqueles que recebem o produto.

6.2 PAA x CADÚNICO

O Programa de Aquisição de Alimentos também incentiva famílias extremamente pobres a se incluam nele, por meio da Busca Ativa. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016) Esse meio surgiu no Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, que veio como estratégia para a superação da extrema pobreza e diz respeito à busca realizada pelo próprio Estado, para localizar famílias em extrema pobreza e consideradas invisíveis (são inúmeros os motivos dessa invisibilidade, estando dentre eles, a falta de documentação civil, constantes migrações, localização geográfica isolada, pertencimento à populações tradicionais e desconhecimento de direitos). A partir da localização, essas pessoas são incluídas no Cadastro Único e tem seus dados atualizados quando necessário, além de serem encaminhadas a serviços de proteção social (aqueles que fornecem direitos sociais básicos). (BRASIL, 2015) A Busca Ativa tem sido significativa para a inclusão de famílias no Cadastro Único, sendo responsável por cerca de um milhão de famílias que compõem o cadastro. (BRASIL, Cidadania e Justiça, 2014)

O Plano Brasil Sem Miséria foi considerado um marco das políticas rurais, favorecendo o diálogo e a articulação de programas. O reforço do Cadastro Único veio como uma forma de auxílio para o desenvolvimento econômico rural, reduzindo as desigualdades existentes a partir da possibilidade de maior alcance das políticas para quem mais necessita. (MELLO, 2015 pag. 32)

Pelo menos 40% dos beneficiários do PAA deveriam estar inscritos no Cadastro Único, o que demonstra a importância de estar cadastrado. (MELLO, 2015 pag. 22)

7. CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

O Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) contempla todos os municípios brasileiros, foi instituído em 2001 através do Decreto Nº 3.877, é regulamentado pelo decreto Nº 6.135, de 2007 e “é um sistema que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para que possam ter acesso aos programas sociais do Governo Federal” (PROGRAMA DO GOVERNO, 2003). Desta forma, é possível caracterizar e identificar àquelas famílias de baixa renda, o que contribui para programas sociais mais efetivos. Para o CadÚnico, são consideradas famílias de baixa renda aquelas que recebem no máximo $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita ou até três salários mínimos por família. Qualquer família de baixa renda pode se cadastrar no CadÚnico, que é feito a partir de uma entrevista. Os dados contidos no Cadastro dizem respeito à diversas características, tais como residenciais, pessoais, de escolaridade, emprego e renda, que geram um total de 145 variáveis de dados, (PORTAL BRASIL, 2017) divididas em 3 questionários, o primeiro em relação ao município, seguido de outro referente ao domicílio e, por último, tem-se o questionário que contempla de forma individual cada um dos moradores do domicílio. (BARROS et. all, 2008)

A partir de sua criação, o Cadastro foi se ampliando, integrando outros programas, como o Bolsa Escola e o Bolsa Família em 2003 e recebendo adesão dos municípios e estados brasileiros a partir de 2005, o que fez com que o cadastro continuasse a desenvolver até os dias atuais. Segundo o Comitê de Estatísticas Sociais do IBGE²⁵, em 2013 o CADÚnico contava em média com 10.000.000 de famílias cadastradas e em 2017 esse número passou a ser de 19.500.000 famílias. (IBGE, 2017). Além desses, existem outros programas que utilizam o CadÚnico como base de dados para selecionar seus beneficiários, como no caso do Tarifa Social de Energia Elétrica, programas habitacionais e o Programa Pro Jovem Adolescente. O Cadastro também pode ser utilizado para isenção de taxas de inscrição em concursos públicos. (SANTOS, sem data)

O objetivo do Cadastro Único dos Programas Sociais se baseia na identificação de famílias que possuem renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa, facilitando a criação e gestão de políticas públicas voltadas a essa parcela da sociedade, já que a partir da

²⁵ “Ação em parceria dos órgãos de alcance nacional produtores de registros administrativos, pesquisas sociais e censos. Tem por objetivo o fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas oficiais.” (IBGE, 2017).

caracterização dessas pessoas, é possível verificar suas necessidades. Além disso, famílias de baixa renda que possuam mais de meio salário mínimo per capita também podem fazer parte do CadÚnico, porém é necessário que elas façam parte da seleção ou do acompanhamento de algum programa social do Estado, União ou município. (IBGE, 2017)

Para realizar o cadastro, há um formulário específico do CadÚnico que deve ser preenchido no Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados. Esse processo se inicia no município, que tem como papel mapear as áreas prioritárias e as famílias de baixa renda, além de coletar informações dessa população e elaborar metodologias de monitoramento. Os dados são repassados para a Caixa, que atribui um Número de Identificação Social (NIS) a cada membro da família, possibilitando sua localização, atualização dos dados e gestão de benefícios, que é realizada pelo Operador do Cadastro Único (membro da Caixa). O resultado desse trabalho é encaminhado para o município, em até 48 horas, através do arquivo-Retorno. Caso haja algum problema com o cadastramento, que gere rejeição do processamento, é papel do município corrigir a inconsistência e reenviar esse cadastro para a Caixa, que passa a ter mais 48 horas para encaminhar o arquivo retorno ao município. (IBGE, 2017)

Segundo Barros, Carvalho e Mendonça, o CadÚnico possibilita a análise de 6 diferentes variáveis, que estão diretamente ligadas as condições de vida humana, são elas: “a) vulnerabilidade, b) acesso ao conhecimento, c) acesso ao trabalho, d) disponibilidade de recursos, e) desenvolvimento infantil, e f) condições habitacionais”. Segundo os autores, esses itens possuem grande relação com a satisfação das necessidades e o acesso a meios que a satisfazem, por isso existem questões relacionadas a esses itens no cadastro, auxiliando na identificação das principais carências da população, facilitando a identificação da natureza da pobreza e seleção das intervenções a serem realizadas.

Segundo Barros (2009, p. 11):

A unicidade do cadastro é indispensável para uma efetiva integração das intervenções sociais. Só com a utilização de um único cadastro é possível garantir que uma mesma família tenha acesso simultâneo ao amplo conjunto de oportunidades e programas de que necessita para superar a pobreza (...) a qualidade de um cadastro está diretamente ligada ao seu uso. Quanto mais se utiliza um cadastro, maior é a probabilidade de que suas deficiências sejam identificadas e corrigidas. Assim, o uso do CadÚnico pelos diversos programas sociais não só reduz custos e facilita a integração, como também estimula a própria melhoria das informações nele contidas. (BARROS, 2009. P. 11)

Além disso, ele evita o retrabalho. Por isso, o Cadastro é tão significativo, servindo como porta de entrada para várias políticas sociais e diagnósticos acerca da população de baixa renda. (SANTOS, s.d)

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, o Cadastro Único se tornou tão importante e abrangente que passou a ser obrigatório para a inclusão de famílias em alguns programas sociais, tais como o Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, Estados e Municípios também podem utilizá-lo como critério para concessão de outros benefícios ou inclusão de famílias em programas. Além de ser um excelente banco de dados das famílias de baixa renda, ele também engloba procedimentos, tecnologias e sistemas eletrônicos, que fazem com que ele se torne mais completo. Por isso, esse instrumento é hoje em dia o principal do Brasil, quando se diz respeito à necessidade de caracterização de famílias de baixa renda.

O CadÚnico considera agricultor familiar aqueles que a lei Nº 11.326 engloba, porém ele faz uma diferenciação entre as populações tradicionais (como quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, entre outros) e os demais agricultores familiares, para que sejam possíveis políticas públicas específicas para esses grupos. (MELLO, 2015)

A Tabela 10 mostra as diferenciações no Cadastro Único de populações dentro do grupo de agricultor familiar, assim como a proporção delas em cada região do país. De forma geral, a região Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções dos grupos e a Sudeste possui apenas uma pequena parcela desse público. Vale salientar que existem populações que deveriam estar no Cadastro, porém, ainda não foram registradas devido à dificuldade de acesso aos locais onde elas se encontram. (MELLO, 2015)

Tabela 10- Grupos populacionais da agricultura identificados no Cadastro Único para programas sociais do governo federal, segundo as grandes regiões do país. 2013

Grupos populacionais	Total	% Norte	% Nordeste	% Sudeste	% Sul	% Centro-Oeste
Família Indígena	117.832	40,9	26,8	4,67	9,07	18,56
Família Quilombola	102.645	12,02	69,69	10,46	3,64	4,19
Família extrativista	18.568	67,63	30,05	0,81	1,14	0,37
Família de pescadores artesanais	68.395	37,27	54,75	3,37	3,77	0,85
Família ribeirinha	36.038	79,31	16,36	0,5	2,3	1,53
Família de agricultores familiares	551.750	9,83	80,43	3,1	5,96	0,67
Família assentada	67.228	14,38	36,63	8,71	1188	28,4
Família beneficiária do PNCF ²⁶	2.565	5,54	47,91	9,75	16,57	20,23
Família acampada	18.888	11,51	14,37	14,04	12,79	47,29
Total (Agricultura familiar)	983.909	19,66	63,46	4,55	6,28	6,06
Outros GPTEs ²⁷	67.279	5,86	24,39	45,09	17,9	6,77
Total (Cadastro Único)	23.110.264	10,13	43,74	29	10,09	7,04

Fonte: SENAR/MDS e MDA, a partir de microdados do Cadastro Único de dezembro de 2013

Em 2014, segundo o MDS, haviam 5,4 milhões de agricultores familiares que possuíam Declaração de Aptidão Ao Produtor (DAP) e deles, 3,5 milhões estavam inseridos no CadÚnico. Além disso, 78% dos inscritos se encontravam em situação de pobreza, o que vai de encontro com a alta incidência de pobreza no meio rural, principalmente quando comparados ao meio urbano. (MELLO, 2015. pag. 7)

Existem duas principais causas para que um agricultor familiar não conste no Cadastro Único, uma delas é seu não enquadramento, quando sua renda é acima do limite do Cadastro (o que seria um ponto positivo) e o outro motivo é o não alcance do Cadastro de pessoas que o necessitam, que pode ocorrer por vários motivos, como por exemplo a localização isolada. Nesse segundo caso, fica clara a necessidade da Busca Ativa. (MELLO, 2015. pag. 35)

É papel do Governo Federal, Distrito Federal, Estados e Municípios executarem o CadÚnico, sendo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário o gestor responsável em nível federal, tendo o papel de coordenar o programa e a Caixa Econômica Federal a operadora do sistema. O papel dos municípios é identificar e coletar os dados das famílias. (BRASIL, 2017)

²⁶ PNCF: Programa Nacional de Crédito Fundiário

²⁷ GPTE's: Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Segundo Barros, Carvalho e Mendonça, o CadÚnico engloba várias esferas acerca das condições de vida das famílias, que podem ser divididos em seis grupos:

a) vulnerabilidade (composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também sobre a presença de pessoas com necessidades especiais; b) acesso a conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) disponibilidade de recursos (renda e despesa familiar per capita e despesas com alimentação); e) desenvolvimento infantil; e, f) condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica). (BARROS *et. all.*, 2008)

É nesse sentido que se tem a possibilidade de associar o CadÚnico à inúmeras políticas públicas e benefícios, além do monitoramento dessas famílias. Além disso, a unificação reduz custos, já que não seria necessária nova captação de dados para cada programa que fosse instituído. Outro ponto importante é seu aprimoramento, que passa a ser mais relevante, uma vez que ele precisa estar sempre atualizado e ter seu questionário aprimorado à medida que são encontradas inconsistências e surja a necessidade de novas informações. (BARROS *et. all.*, 2008)

O Cadastro Único possui diversas potencialidades, entre elas, o leque de informações que ele traz de cada família, que pode servir como subsídio para criação de diagnósticos e inúmeros programas sócias, além daqueles que já são compreendidos pelo cadastro. Outro ponto que vale ser destacado é possibilidade de se verificar possíveis incoerências nas informações passadas pelas famílias através do cruzamento de dados obtidos a partir das perguntas. (SANTOS, s.d.)

Em 2015 houve um seminário que reuniu representantes de 11 Estados brasileiros, onde foram discutidas as potencialidades para as políticas sociais. Nesse encontro, o CadÚnico foi pauta e, segundo Felícia Madeira,²⁸ a qualidade das políticas sociais se elevou perceptivelmente após a instituição do Cadastro, que, de forma organizada, uniu dados em um único sistema, possibilitando o monitoramento das famílias e as diretrizes a serem seguidas a partir das informações obtidas. (SÃO PAULO, 2017)

Além disso, outro ponto importante do CadÚnico é o fato de ele possuir dados individuais dos membros das famílias, permitindo que alguns deles possam receber atenção especial, no caso por exemplo, de deficientes, idosos, entre outros. (BARROS *et. all.*, 2008)

²⁸ Diretora executiva da Fundação Seade e presidente da Anipes.

8. ANÁLISE DE DADOS

Os dados aqui analisados foram retirados do Cadastro Único e filtrados de modo a traçar um perfil do público beneficiário. Na base de dados, é possível identificar separadamente as duas modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos que foram aprofundadas, bem como os recebedores e fornecedores de leite e alimentos inscritos no PAA. Desta forma, as tabelas a seguir seguem essa divisão, que facilita a análise e permite atribuir cada característica à respectiva modalidade. Além disso, outro ponto que deve ser ressaltado é que no CadÚnico constam dados a respeito dos chefes de domicílio, portanto todas as informações são referentes a eles. A análise a respeito de todos os indicadores aqui trabalhados teve como base o referencial teórico e as entrevistas realizadas.

A Tabela 11 mostra a porcentagem de agricultores familiares fornecedores de leite que estão inscritos no Cadastro Único. A partir dela, verifica-se um problema, já que os dados fornecidos pelo MDSA (através do PAA DATA) se mostraram menores que os dados fornecidos pelo CadÚnico. Ou seja, há uma inconsistência nessas informações, pois o número de agricultores familiares fornecedores de leite (total de fornecedores de leite inscritos no PAA) não pode ser menor que o número de agricultores inscritos no CadÚnico (deveria ser uma parcela dos agricultores do PAA).

Tabela 11- Agricultores fornecedores de leite por território de desenvolvimento - 2015

Localidade	Nº de agricultores Fornecedores	Porcentagem de agricultores fornecedores	Nº de agricultores fornecedores inscritos no CadÚnico	Porcentagem de agricultores fornecedores inscritos no CadÚnico
Médio e Baixo Jequitinhonha	15	0,3079	106	706,6667
Alto Jequitinhonha	1.052	21,5972	55	5,2281

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PAA DATA e CadÚnico

Diante desse resultado, o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), responsável pelo PAA Leite em MG foi procurado e informou que é o Governo Federal quem disponibiliza as informações no PAA DATA. Além disso, foi informado que o IDENE possui uma base de dados própria, que utiliza para o programa.

A partir dessa base, que foi disponibilizada para que essa comparação fosse realizada, criou-se a tabela abaixo, que compara a porcentagem de agricultores inscritos no CadÚnico e que participam do programa com aqueles participantes, porém não inscritos.

Tabela 12- Agricultores fornecedores de leite inscritos e não inscritos no CadÚnico e que participam do PAA - 2015

Localidade	Agricultores Fornecedores	Agricultores fornecedores Inscritos no CadÚnico
Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (total)	1237	161
Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha (percentual)	25,40*	13,01

*Porcentagem em relação à Minas Gerais. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico e IDENE

A partir dos dados da tabela 12, nota-se que há uma divergência em relação aos dados disponibilizados no PAA DATA e os fornecidos pelo IDENE. Vale ressaltar que este primeiro coloca em seu site que as informações para o ano de 2015 são preliminares, podendo ainda ser alteradas.

Quanto aos agricultores familiares que fornecem alimentos ao PAA, a Tabela 13 mostra que em relação ao Médio e Baixo Jequitinhonha, apenas 17,48% das famílias está inscrita no CadÚnico. Já no Alto Jequitinhonha, a diferença é grande, tendo em vista que 79% dos agricultores do programa está inscrito no Cadastro.

Tabela 13- Agricultores fornecedores de alimentos por território de desenvolvimento - 2015

Localidade	Nº de agricultores Fornecedores	Porcentagem de agricultores fornecedores com relação a MG	Nº de agricultores fornecedores inscritos no CadÚnico	Porcentagem de agricultores fornecedores inscritos no CadÚnico
Médio e Baixo Jequitinhonha	143	2,79	25	17,48
Alto Jequitinhonha	29	0,57	23	79,31

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PAA DATA e CadÚnico

A discrepância entre os dois territórios analisados pode ser resultado de uma maior dificuldade do CadÚnico alcançar a população do Médio e Baixo Jequitinhonha, tendo em vista

que como foi mostrado anteriormente a partir dos dados do PMDI, o Baixo Jequitinhonha é o território mais pobre de MG e esse é um fator que pode influenciar.

A partir dos dados das tabelas 14 e 15, é possível verificar que tanto no PAA Leite quanto no PAA Compra com Doação Simultânea, nos dois territórios de desenvolvimento em análise, grande parte dos envolvidos que estão inscritos no CadÚnico sabe ler e escrever.

No Médio e Baixo Jequitinhonha, todos os fornecedores de alimentos inscritos no Cadastro sabem ler e escrever. Já entre os fornecedores de leite, aproximadamente 90,57% deles possuem essa característica. Com relação aos recebedores de alimentos, cerca de 94,48% contam com essa capacidade, enquanto 87,60% dos recebedores de leite leem e escrevem.

A respeito do território de desenvolvimento do Alto Jequitinhonha, 86,97% dos que fornecem alimentos contam com a habilidade de leitura e escrita, enquanto esse número é 92,73% dentre os vendedores de leite. Entre os que recebem o produto, 90,53% declararam possuir essa capacidade e todos os recebedores de alimentos disseram saber ler e escrever.

Tabela 14- Agricultores fornecedores e famílias que recebem alimentos inscritos no CadÚnico que sabem ler e escrever - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Fornecedores de alimentos que sabem ler e escrever	25	100,00	20	86,95
Fornecedores de alimentos que não sabem ler e escrever	0	0,00	3	13,04
Recebedores de alimentos que sabem ler e escrever	342	94,48	10	100,00
Recebedores de alimentos que não sabem ler e escrever	20	5,52	0	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico 2015

Tabela 15- Agricultores fornecedores de leite e família que recebem o leite inscritos no CadÚnico que sabem ler e escrever - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Fornecedores de leite que sabem ler e escrever	96	90,57	51	92,73
Fornecedores de leite que não sabem ler e escrever	10	9,43	4	7,27
Recebedores de leite que sabem ler e escrever	4026	87,60	6099	90,53
Recebedores de leite que não sabem ler e escrever	570	12,40	638	9,47

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico 2015

A leitura e a escrita são extremamente importantes, até mesmo para que os participantes do PAA possam compreender todo o processo envolvido, que inclui assinatura de documentos, criação de propostas e recibos. De acordo com entrevista realizada com responsável pelo PAA na Emater, se o agricultor familiar “tem um nível de escolaridade um pouco maior, ele consegue entender melhor a proposta e se adequar em termos das formalidades que o programa exige de participação”, já que “a partir do momento em que ele se apresenta como interessado em participar do programa ele traz sua proposta de venda, do que ele produz, quantidade, época de produção”. Sem compreender a escrita e a leitura, essas informações podem ficar comprometidas.

Quanto ao sexo dos inscritos no Cadastro Único, como pode ser visto nas tabelas 16 e 17, nos dois territórios de desenvolvimento que englobam o Vale do Jequitinhonha, o percentual de mulheres é muito superior ao de homens, tanto entre os fornecedores quanto entre as famílias que recebem os produtos.

Com relação aos fornecedores de alimentos, as mulheres representam 96% no médio e Baixo Jequitinhonha e 95,66% no Alto Jequitinhonha. Já entre os envolvidos no PAA Leite, 92,45% dos produtores de leite são mulheres do Médio e Baixo Jequitinhonha e 95,55% do Alto Jequitinhonha. A respeito dos recebedores de alimentos e leite, em todos os casos as mulheres representam 90% ou mais da população envolvida.

Tabela 16- Agricultores fornecedores e famílias receptoras de alimentos inscritos no CadÚnico por sexo - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Feminino fornecedor de alimento	24	96,00	22	95,65
Feminino receptor de alimento	340	92,90	9	90,00
Masculino fornecedor de alimento	1	4,00	1	4,35
Masculino receptor de alimento	22	6,01	1	10,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

Tabela 17- Agricultores fornecedores e famílias receptoras de leite inscritos no CadÚnico por sexo - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Feminino fornecedor de leite	98	92,45	52	94,55
Feminino receptor de leite	4395	95,63	6458	95,86
Masculino fornecedor de leite	8	7,55	3	5,45
Masculino receptor de leite	201	4,37	279	4,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

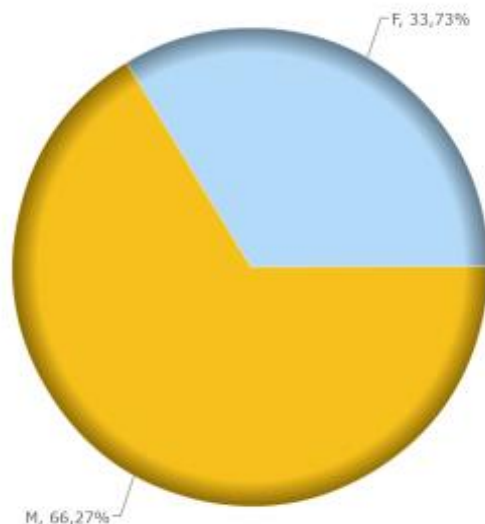
Vale ressaltar que esses valores são apenas dos agricultores familiares que participam do PAA e estão inscritos no CadÚnico. Apesar do percentual de mulheres ser muito maior nos dados do Cadastro Único para o Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha, eles não refletem a realidade do programa no Estado como um todo. Como pode ser visto na tabela 17, a quantidade total de agricultores fornecedores de leite do sexo masculino é mais de quatro vezes maior que a quantidade de agricultoras que fornecem o mesmo produto. O mesmo pode ser visto com relação aos produtores de alimentos, onde a porcentagem de homens é muito maior que a de mulheres.

Tabela 18- Agricultores do PAA Leite de Minas Gerais por sexo – 2015

Sexo	Quantidade de agricultores
Feminino	832
Masculino	4039

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do PAA DATA

Gráfico 5: Agricultores fornecedores por sexo



Fonte: PAA DATA

Essa diferença ocorre basicamente porque como dito anteriormente, os dados analisados levam em conta apenas o chefe de família, e o CadÚnico vem realizando um esforço para que a mulheres obtenham esse título, visando a redução da desigualdade de gêneros ao dar maior autonomia para a mulher. Desta forma, os dados aqui trabalhados, do Cadastro Único, não representam a totalidade do programa, que conta com um maior número de homens participando.

Além disso, de acordo com a entrevista realizada na Emater, o GGPAA é “quem define as regras mais específicas e uma dessas regras é a garantia de que haja pelo menos 40% de mulheres em qualquer projeto de execução do PAA”. As tabelas do PAA em Minas Gerais mostram que o programa nas modalidades aqui trabalhadas, não cumpriu esse percentual mínimo de mulheres definido pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

As tabelas a seguir mostram a quantidade de famílias e fornecedores que estão inscritos no CadÚnico, participam do Programa de Aquisição de Alimentos e recebem cesta básica. Pode-se observar que no Médio e Baixo Jequitinhonha, 96% dos fornecedores de alimentos

não recebem cesta básica, enquanto apenas 5,52% das famílias que se beneficiam de alimentos do PAA também recebem cesta básica. Com relação ao PAA leite, nenhum produtor recebe cesta básica e somente 1,70% das famílias que recebem leite também recebe cesta básica.

Já no alto Jequitinhonha, nenhum dos inscritos do PAA que recebem ou que fornecem alimentos contam com cesta básica. Com relação ao leite, nenhum produtor possui esse benefício e apenas 0,40% dos recebedores também ganham a cesta básica.

Tabela 19- Agricultores familiares e famílias recebedoras de alimento inscritos no CadÚnico que ganham cesta básica - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Fornecedores de alimento que recebem cesta básica	1	4,00	0	0,00
Fornecedores de alimento que não recebem cesta básica	24	96,00	23	100,00
Recebedores de alimento que recebem cesta básica	20	5,52	0	0,00
Recebedores de alimento que não recebem cesta básica	342	94,48	10	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

Tabela 20- Agricultores familiares e famílias que recebem leite inscritos no CadÚnico que ganham cesta básica - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Fornecedores de leite que recebem cesta básica	0	0,00	0	0,00
Fornecedores de leite que não recebem cesta básica	106	100,00	55	100,00
Recebedores de leite que recebem cesta básica	78	1,70	27	0,40
Recebedores de leite que não recebem cesta básica	4518	98,30	6710	99,60

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

No Brasil, a doação de cestas básicas para populações carentes surgiu como uma forma de amenizar a fome e a desnutrição de populações em risco nutricional. Os resultados do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha podem ser reflexo de dois fatores diferentes. O primeiro, de que as populações desses locais deixaram de ser público prioritário para receber a cesta (ou por não se enquadrarem nos requisitos ou por já estarem sendo atendidas pelo PAA). O segundo fator pode ser o não recebimento da cesta pela dificuldade desse serviço público de alcançar essa população.

Além disso, segundo o entrevistado 2, o município pretende relacionar o recebimento de cesta básica com a participação do programa nos próximos anos, porém, como é uma ação para o futuro, ainda não se tem definido como se dará associação.

As tabelas seguintes trazem informações a respeito da cor/raça dos participantes do Programa de Aquisição de Alimentos inscritos no Cadastro Único.

A partir delas, verifica-se que em todos os casos, a grande maioria dos envolvidos se considera da cor/raça parda. Em segundo lugar, no Médio e Baixo Jequitinhonha, encontram-se as pessoas que se declararam como brancas. Já no Alto Jequitinhonha, foi a cor preta que alcançou o segundo lugar entre os fornecedores de leite e alimentos e recebedores de alimentos. Apenas entre os recebedores de leite do Alto Jequitinhonha, a segunda cor mais declarada foi a branca.

Tabela 21- Agricultores familiares e recebedores de alimentos inscritos no CadÚnico por cor/raça - 2015

Cor/Raça	Total Médio e Baixo Jequitinhonha		Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha		Total Alto Jequitinhonha		Porcentagem Alto Jequitinhonha	
	Fornecedores de alimentos	Recebedores de alimentos	Fornecedores de alimentos	Recebedores de alimentos	Fornecedores de alimentos	Recebedores de alimentos	Fornecedores de alimentos	Recebedores de alimentos
Branca	3	60	12,00	16,57	1	0	4,34	0,00
Preta	2	50	8,00	13,81	4	1	17,39	10,00
Amarela	1	1	4,00	0,28	0	0	0,00	0,00
Parda	19	251	76,00	69,34	18	9	78,26	90,00
Indígena	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Total	25	362	100,00	100,00	23	10	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

Tabela 22- Agricultores familiares e recebedores de leite inscritos no CadÚnico por cor/raça – 2015

Cor/Raça	Total Médio e Baixo Jequitinhonha		Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha		Total Alto Jequitinhonha		Porcentagem Alto Jequitinhonha	
	Fornecedores de leite	Recebedores de leite	Fornecedores de leite	Recebedores de leite	Fornecedores de leite	Recebedores de leite	Fornecedores de leite	Recebedores de leite
Branca	20	622	18,87	13,53	7	916	12,73	13,98
Preta	3	525	2,83	11,42	12	781	21,82	11,92
Amarela	0	25	0,00	0,54	0	55	0,00	0,84
Parda	83	3413	78,30	74,26	36	4795	65,45	73,18
Indígena	0	8	0,00	0,17	0	5	0,00	0,07
Total	106	4596	100,00	100,00	55	6552	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

Segundo a primeira entrevista realizada, o PAA não prioriza nenhum beneficiário de acordo com sua cor. Além das mulheres que são priorizadas, há uma preferência dada aos agricultores familiares inscritos No CadÚnico e “com relação a povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e também assentados da reforma agrária”, mas que não se relaciona diretamente com a cor do participante.

A partir da tabela seguinte, com dados do IBGE 2010, verifica-se que o PAA nos dois Territórios de Desenvolvimento do Jequitinhonha segue a mesma lógica da população brasileira, ou seja, conta com maior número de pessoas que se auto declaram pardas, seguidos pelos brancos e pretos.

Tabela 23- Número de habitantes por cor nos Territórios de desenvolvimento do Jequitinhonha, Minas Gerais e Brasil – 2010

Localidades	Número de habitantes por cor ou raça						
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total Médio e Baixo Jequitinhonha e Alto Jequitinhonha	770.016	180.209	61.691	5.944	521.402	758	12
Minas Gerais	19.597.330	8.830.978	1.807.526	187.869	8.736.860	31.601	2.496
Brasil	190.755.799	90.621.281	14.351.162	2.105.353	82.820.452	821.501	36.051

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE 2010

As tabelas abaixo fazem uma comparação entre a população urbana e rural nos Territórios de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha e Médio e Baixo Jequitinhonha que estão inscritos no Cadastro Único.

Com relação ao Alto Jequitinhonha, a população rural que fornece alimentos é proporcionalmente maior quando comparada com a população urbana que recebe esses produtos. Já no PAA Leite, nesse mesmo Território, a população urbana é maior tanto para quem fornece quanto para quem recebe o leite.

No Território do Médio e Baixo Jequitinhonha, a grande maioria dos produtores de alimentos mora no meio rural, assim como aqueles que recebem a produção. Com relação ao leite, é no

meio urbano que se situa a maioria dos domicílios do CadÚnico participantes dessa modalidade do PAA, tanto para os produtores quanto para os consumidores de leite.

Tabela 24- Agricultores fornecedores de alimentos e famílias que recebem alimentos inscritos no CadÚnico por localização do domicílio - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Fornecedores de alimentos que moram no meio urbano	2	8,00	10	43,47
Fornecedores de alimentos que moram no meio rural	23	92,00	13	56,52
Recebedores de alimentos que moram no meio urbano	128	35,35	8	80,00
Recebedores de alimentos que moram no meio rural	234	64,64	2	20,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

Tabela 25- Agricultores fornecedores de leite e famílias que recebem leite inscritos no CadÚnico por localização do domicílio - 2015

	Total Médio e Baixo Jequitinhonha	Porcentagem Médio e Baixo Jequitinhonha	Total Alto Jequitinhonha	Porcentagem Alto Jequitinhonha
Fornecedores de leite que moram no meio urbano	77	72,64	39	70,91
Fornecedores de leite que moram no meio rural	33	31,13	17	30,90
Recebedores de leite que moram no meio urbano	4025	87,58	5076	75,34
Recebedores de leite que moram no meio rural	1399	30,44	1666	24,72

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do CadÚnico

De forma geral, a população rural brasileira possui maior dificuldade de acesso às políticas públicas, já que esses habitantes se encontram em áreas maiores e mais isoladas, muitas vezes de difícil acesso. Esse pode ser um dos fatores que justifique a maior proporção de famílias urbanas inscritas no CadÚnico e que estão envolvidas no recebimento e produção do leite destinado ao programa, já que pode haver grande número de famílias rurais que necessitam do cadastro porém ainda não conseguiram se inserir nele, o que não significa que a

maior produção ou necessidade de leite ocorra no meio urbano. Além disso, tanto no caso do PAA leite quanto no caso do PAA alimentos, as famílias podem morar na região urbana e produzir no meio rural.

A produção de alimentos, maior no meio rural nos dois Territórios de Desenvolvimento em análise, pode ser fruto de outras políticas públicas voltadas à produtividade dos agricultores familiares no campo, tais como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Terra Forte.

É importante que haja uma atenção maior ao público rural brasileiro, pois como visto anteriormente, é ele quem sofre com os maiores índices de pobreza e miséria no país, que vem inserindo políticas que visem desfazer esse desequilíbrio.

8.1 Resultados das entrevistas

Como forma complementar à monografia, foram realizadas entrevistas com pessoas-chave que atuam no PAA. Para sua execução, foi feito um questionário, que segue em anexo e teve como objetivo esclarecer algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa.

A primeira das entrevistas foi realizada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater).

Segundo o entrevistado 1,

O papel da Emater é de divulgação do programa, de mobilização dos agricultores e depois de selecionado, dar assistência técnica a esses agricultores por parte da produção e produção programada. Para atender a demanda do programa, trabalhamos a produção com os agricultores, de acordo com aquilo que está sendo demandado nas unidades executoras, em termos de quantidade e sazonalidade da produção.

De forma resumida, o entrevistado da Emater classifica o papel principal da Empresa como sendo o de assistência técnica.

A segunda entrevista foi realizada via email devido à impossibilidade de visitar o município, pertencente ao Território de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha. O entrevistado é Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município e, segundo ele

(entrevistado 2), com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos, a secretaria tem como papel “Orientar e dar assistência técnica aos produtores, receber e distribuir os alimentos”.

Com relação à importância do programa, foi dito por ambos entrevistados que a valorização da questão social é muito marcante e que ele consegue alcançar, pelo menos em partes, aquele público que está em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, fazendo com que eles possam se alimentar e de forma saudável. Além disso, o entrevistado 1 considera que:

O alimento advindo da agricultura familiar tem por característica ser um alimento mais saudável, é produzido em menor escala, de forma diversificada, não se vê grandes áreas de produção, se vê áreas de produção do produto diversificado, então a tendência é que se use menos insumos, menos agrotóxicos, menos produtos químicos, que se produza o alimento de uma forma mais segura.

E complementa, afirmando que o PAA “faz com que esse alimento seguro, mais saudável chegue até esse consumidor, que são as pessoas em situação de vulnerabilidade social, de insegurança alimentar”.

Com relação ao município, o entrevistado 2 afirmou que a implementação do programa:

Foi de grande valia para o município, gerando renda para os produtores familiares envolvidos no programa e aumentando a oferta de produtos para as entidades recebedoras, já que muitas das cadastradas não tem recurso próprio e as que têm não possui quantidade suficiente para atender a demanda.

Diante das entrevistas realizadas, foi possível verificar que os entrevistados perceberam grandes evoluções no programa ao longo dos anos, que fizeram com que ele se tornasse mais eficiente. Porém, como relata o entrevistado 1, por volta de 2013, o PAA começou a sofrer redução nos recursos, ocasionada pela contingência de gastos do governo.

Para ilustrar a melhora na estrutura do PAA desde sua criação, entrevistado 1 contou sobre o programa, desde sua implementação até os dias atuais. Segundo ele, o início do PAA em Minas Gerais e no Jequitinhonha se deu em 2003, ano em que o programa foi lançado no país. No Brasil, o PAA tinha como entidade executora principal a CONAB e além disso, alguns municípios conseguiam celebrar convênio com o MDS (atual MDSA). De acordo com a entrevista,

Em Minas Gerais a gente tinha em torno de trinta e um, trinta e dois municípios que tinham convenio. Municípios de um porte maior, que o MDS considerava que tinham na sua estrutura equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional²⁹

Nesse período, de forma geral, os municípios de MG que precisariam estar inclusos no programa não eram capazes de executar o convênio, sendo excluídos. Para resolver esse problema, por volta de 2011 o programa foi reestruturado, “esse método de execução do programa via convenio acabou e passou a ser executado por meio de termo de adesão dos estados”. Nessa mudança, os estados deveriam aderir ao Termo de Adesão e assim ocorreu em Minas Gerais, no ano de 2012. Desta forma, o estado “abria as portas para que todos os municípios no âmbito do seu território pudessem aderir ao programa e daí executar via termo de adesão municipal”.

De acordo com o entrevistado 1, esta mudança facilitou muito a participação. Uma forma de comprovação foi que “tivemos em MG quarenta e cinco municípios que conseguiram fazer essa adesão e adquirir o recurso pra poder executar o programa”. Como a demanda foi grande, se fez necessária uma seleção dos municípios que participariam do programa e a Emater optou

Pela região do semiárido, que pegou boa parte do vale do Jequitinhonha. Então nós estamos com aproximadamente 40 municípios dessa região do semiárido e do vale do Jequitinhonha. Ai o programa passou a estar de forma mais expressiva na região.

Segundo respostas obtidas nas entrevistas, essa facilidade que o Termo de Adesão trouxe se deu pela desburocratização do programa, tendo em vista que os convênios demandam muito mais trabalho aos municípios, principalmente no que diz respeito à prestação de contas. Além disso, foi introduzido um novo sistema, o Sistema Informatizado do PAA (SISPAA), onde ficam armazenadas várias informações a respeito dos participantes do programa, tais como produto, quantidade, preço, identificação do agricultor e destinação do alimento. De acordo com um entrevistado, antes da reestruturação,

Para se executar um convenio, tinha repasse de recurso para um município, depois o município tinha que prestar contas disso para o Ministério. Agora, dentro desse sistema, não tem repasse de recurso, as

²⁹ “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. (BRASIL, 2006)

informações são inseridas e à medida que você autoriza o pagamento ao produtor, ele tem um cartão do programa, vai no caixa eletrônico do banco e saca o valor correspondente. (Entrevistado 1)

Como o recurso para o programa é limitado, havendo um número de agricultores familiares interessados maior do que o valor disponível para execução, é realizada uma seleção daqueles a serem contemplados, que leva em consideração critérios de prioridade. Dentre o público prioritário, se encontram agricultores familiares que estão cadastrados no CadÚnico, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais.

Para que o programa seja bem executado, ele conta com capacitações, voltadas tanto para os beneficiários do programa quanto para os gestores. Segundo o entrevistado da Emater, a capacitação voltada aos gestores tem como objetivo “entender o SISPAA, como o programa roda dentro desse sistema, como se insere essas informações e autoriza pagamentos.” Já a capacitação dos beneficiários tem como objetivo alinhar a demanda à oferta, trazendo resultados visíveis, pois

O agricultor entende que há uma demanda e a demanda é garantida, porque está dentro de um programa, o recurso é garantido, então ele pode produzir de forma mais tranquila por que ele sabe que o comércio daquela produção está garantido. (Entrevistado 1)

Apesar da afirmação de que há capacitações voltadas aos beneficiários e os gestores do programa em Minas Gerais, de acordo com o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, ela não ocorre em nenhum nível em seu município.

O programa conta ainda com alguns desafios. De acordo com os entrevistados, o recurso disponível é insuficiente, principalmente a partir do momento em que o PAA começou a sofrer um corte de gastos.

Por exemplo, no momento nós temos aí o Estado iniciando a execução com quarenta municípios via termo de adesão estadual e temos a demanda de muito mais, tivemos que selecionar quarenta municípios. Se tivéssemos recurso para cem, nós teríamos cem municípios que estão buscando a condição de receber o programa. (Entrevistado 1)

Outro obstáculo relatado diz respeito ao preparo dos agricultores para participarem do programa, já que muitas vezes eles tem dificuldade de compreender os requisitos a serem cumpridos. “Tem toda uma legislação que controla isso, sanitária, tributária,

previdenciária, então é ter esse agricultor preparado para participar do programa de forma adequada”.

O entrevistado 2 relatou outra dificuldade, esta referente ao seu município e diz respeito à emissão de notas fiscais, que, segundo ele é um processo complexo. Além desta, ele ressaltou que há uma dificuldade em manter a qualidade dos produtos, que muitas vezes deixa a desejar.

Por último, uma outra dificuldade encontrada se refere a logística de transporte dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, já que na maioria das vezes os produtores não tem condições de levar a mercadoria até o local definido. Conforme o entrevistado da Emater,

Por ele atingir o pequeno agricultor, prioritariamente aquele que se enquadra no CadÚnico, esse agricultor tem dificuldade de transportar sua produção. Então o programa depende às vezes do município ou até do estado para colaborar nessa questão da entrega. (Entrevistado 1)

Apesar do problema com a logística, o entrevistado 1 afirmou que os municípios tem colaborado com os agricultores, auxiliando sempre que necessário.

Como potencialidades, os entrevistados trouxeram a abrangência do programa, que está presente em todo o país. Outro ponto colocado foi a criação de um mercado específico para o agricultor familiar, que de forma geral costuma encontrar dificuldades em comercializar por conta própria o excedente de sua produção. Além disso, também foi afirmado que o PAA dá mais segurança ao produtor, pois permite que ele programe sua produção, já que tem mercado garantido, sabe o que tem que produzir, para quando produzir e quanto vai receber pelos produtos. Como último ponto, foi colocado que o programa fez com que os agricultores ofertassem “produtos de boa qualidade sanitária e toxicológica” (Entrevistado 2), favorecendo a alimentação saudável daqueles que consomem o que é produzido.

A respeito do tempo que os agricultores possuem para participar do PAA, foi dito por ambos entrevistados que o programa preza pela continuidade do produtor e por isso, dificilmente algum deles é excluído. A partir do momento em que o produtor se insere, ele tem garantia de cinco anos de execução, que pode ser prorrogado por igual período. Passados os dez anos, o Termo de Adesão deve ser renovado. De acordo com os entrevistados, esse longo prazo

é muito vantajoso para o agricultor familiar, pois “ele pode ter um espaço próprio pra isso, pode destinar uma área de sua propriedade para execução do programa, pode se organizar e se preparar”, além de ter uma renda garantida.

Com relação ao que poderia melhorar no programa, foi dito por ambos entrevistados que caso não seja possível aumentar os recursos destinados ao PAA, que pelo menos não haja mais corte. Além disso, outro ponto levantado foi a simplificação das notas fiscais.

Em Minas Gerais, o monitoramento do programa é feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que “é o gestor maior do programa no país. Ele controla o dinheiro e a distribuição desse recurso” (Entrevistado 1). No município onde foi possível realizar a entrevista, esse papel é desempenhado pela Secretaria de Agricultura junto à Secretaria de Assistência Social.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas sociais são essenciais para o crescimento e desenvolvimento da população. O Programa de Aquisição de Alimentos, em especial, trata fortemente da questão do desenvolvimento das famílias agricultoras, além de proporcionar alimentos saudáveis à população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Assim sendo, o presente estudo teve como objetivo caracterizar o programa e os beneficiários do PAA inscritos no CadÚnico, além de verificar os principais benefícios gerados pelo programa. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, entrevistas e análises de dados, que foram apresentadas até aqui. A partir dessas informações, é possível tirar algumas conclusões acerca do programa e responder às questões propostas.

O programa aqui tratado teve início em 2003 e a partir daí foi se desenvolvendo, passando a abranger um maior número de municípios e beneficiários. Para seu melhor funcionamento, sofreu alterações, sendo a principal delas a substituição do convênio por um termo de adesão, que trouxe melhoras reconhecidas pelos gestores do programa. Visando alcançar o público mais necessitado, o PAA utiliza informações do Cadastro Único. Este, por sua vez, tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda e caracterizá-las, para que essas informações possam ser utilizadas em políticas mais efetivas.

A partir da manipulação dos microdados do CadÚnico referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos, foi possível traçar um perfil dos beneficiários do PAA inscritos no Cadastro e que se encontram nos Territórios de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha e do Médio e Baixo Jequitinhonha.

Nos dois territórios em análise, a maioria dos beneficiários, tanto aqueles que recebem quanto os que fornecem alimentos e/ou leite sabe pelo menos ler e escrever. Apesar dos resultados percentuais referentes a essa característica serem próximos, no caso da modalidade Compra com Doação Simultânea, o mais satisfatório foi entre os residentes do Médio e Baixo Jequitinhonha, já com relação ao PAA Leite, o Alto Jequitinhonha obteve os melhores resultados. Essa característica se mostra importante porque a alfabetização facilita o

entendimento do interessado a respeito do programa, auxiliando em sua inserção como beneficiário.

Outra característica importante diz respeito ao sexo dos participantes do programa nos territórios e em MG. Pode-se afirmar que a grande maioria dos inscritos no PAA é do sexo masculino, mas os dados do CadÚnico mostram que os inscritos no Cadastro e que participam do programa são em sua maioria mulheres. Essa informação é importante pois mostra a valorização da mulher em uma política da agricultura familiar, onde a maioria desse público é formado por homens.

A terceira característica analisada foi com relação ao recebimento ou não de cestas básicas por parte dos beneficiários do programa. No Alto Jequitinhonha, quase a totalidade dos beneficiários que estão inscritos no CadÚnico e participam do PAA não recebe cesta básica. Apesar do número ainda ser baixo, no Médio e Baixo Jequitinhonha esse percentual é mais alto quando se compara os dois territórios.

Outra característica desse público é a cor/raça declarada por eles. Segundo o CadÚnico, em ambos territórios, a maioria dos beneficiários é parda, um reflexo da população brasileira de forma geral, já que o programa não utiliza como prioridade a cor ou raça do participante, a menos que ele seja índio.

Por fim, o último aspecto analisado foi referente à localização do domicílio dos participantes do PAA e inscritos no CadÚnico. No Médio e Baixo Jequitinhonha, os moradores do meio rural que fornecem ou recebem alimentos são maioria, porém esse cenário se inverte quando a análise diz respeito ao PAA Leite. No alto Jequitinhonha, a respeito do leite, o cenário é semelhante ao outro território do Jequitinhonha, porém se diverge com relação aos alimentos, pois apesar da produção ser maior no meio rural, a distribuição é superior no meio urbano.

As diferenças entre o Território de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha e o Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha são reflexos de características próprias dos dois territórios, tendo em vista que o primeiro contém a maior quantidade de área rural de Minas Gerais e o segundo possui o menor índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).

A partir da pesquisa, foi possível verificar diversos benefícios gerados pelo programa, sendo os principais deles o incentivo à produção, já que os agricultores passam a ter maior confiança para produzir, pois sabem que o excedente possui mercado garantido; o reestabelecimento dos preços de alimentos advindos dessa forma de agricultura, pois a metodologia do Grupo Gestor para definir os preços para a venda dos alimentos leva em consideração os preços de mercado; o melhor aproveitamento do espaço rural, tendo em vista que os agricultores familiares conseguem produzir proporcionalmente mais que os agricultores não familiares com o mesmo espaço; favorece a cultura alimentar regional, pois os fornecedores podem optar pela produção de alimentos de sua preferência; maior planejamento com relação a produção e venda das mercadorias, pois sabe-se antecipadamente qual a quantidade a ser destinada ao PAA; maior segurança ao agricultor, que tem a certeza de uma renda mensal advinda de sua produção, fazendo com que ele possa investir mais na agricultura e expandir sua produção, garantindo maior renda.

Porém, apesar dos benefícios aqui citados, o Programa de Aquisição de Alimentos possui alguns obstáculos a serem enfrentados, tais como a dificuldade de entendimento dos agricultores familiares a respeito do funcionamento do programa; a impossibilidade do próprio agricultor transportar sua produção até o local definido, tendo em vista que a maioria não conta com veículo próprio; o cumprimento por parte dos agricultores à todas condições legais, que envolvem questões sanitárias e tributária, além da Declaração de Aptidão e, por último, o mais preocupante deles, que diz respeito a quantidade insuficiente de recursos para que todo o público que necessite esteja incluso no programa.

Um ponto que vale ser evidenciado é a discordância entre a base de dados disponibilizada pelo MDSA e a utilizada pelo IDENE, que apesar de tratarem das mesmas informações, possuem valores divergentes. Essa condição dificulta o monitoramento e a avaliação do programa, tendo em vista que falta um número exato de participantes do PAA Leite nos Territórios de Desenvolvimento do Alto Jequitinhonha e do Médio e Baixo Jequitinhonha.

Algumas ações já vem sendo realizadas, a fim de amenizar os obstáculos encontrados. Como exemplo, tem-se o auxílio da Emater e das Secretarias dos municípios aos agricultores, no que diz respeito à assistência técnica e divulgação do PAA, além da

disponibilidade que os municípios tem demonstrado em auxiliar os produtores a transportarem suas mercadorias até o local definido.

Além dessas medidas, existem outras que poderiam auxiliar na resolução desses impasses, porém elas dependem de maior disponibilidade de recursos ao programa. As medidas aqui propostas seriam a oferta de mais cursos capacitantes, principalmente aos produtores, a fim de sanar as dúvidas referentes ao funcionamento do programa e às questões legislativas, além da disponibilidade de um veículo exclusivo e próprio para o programa nos municípios, para que o transporte da produção possa ser garantido e realizado de forma mais adequada.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACONTECEU NO VALE. **Programa de Aquisição de Alimentos vai beneficiar agricultura familiar em Minas**: Nova modalidade do PAA determina que órgãos e entidades estaduais apliquem 30% dos recursos para a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares. Minas Gerais. 2015. Disponível em <http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=53700>. Acesso em Março de 2017.

ANJOS Flávio Sacco dos, *et. all.* Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.42 no.3 Brasília July/Sept. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032004000300007. Acesso em Fevereiro de 2017.

BAHIA. **Como aderir ao programa. Bahia.** [s.d.] Disponível em <http://www.justiciasocial.ba.gov.br/arquivos/File/Comoaderiraopaaalimentos.pdf>. Acesso em Setembro de 2016.

BARROS Ricardo P. de; CARVALHO Mirela de; MENDONÇA Rosane. **Sobre as utilidades do Cadastro Único**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD244.pdf. Acesso em Abril de 2017.

BRASIL, Caixa Econômica Federal. **Cadastro Único - Uma iniciativa do Governo Federal para identificar e conhecer as famílias brasileiras de baixa renda.** . [S.l.: s.d.]. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso novembro de 2016.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso novembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos - **PAA Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!**. 2012. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf. Acesso em novembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Cadastro Único – o que é e para que serve**. Brasília, 2003. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em novembro de 2016.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Gabinete Civil. **Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>. Acesso em novembro de 2016.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Gabinete Civil. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. Brasília, 2003. Acesso em novembro de 2016.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Casa Civil. **Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios**. Brasília, 2016. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhe-a%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>. Acesso novembro de 2016.

_____. **Balanco de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA**. Relatório Descritivo. [s.l.] 2010. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2010/balanco-de-avaliacao-da-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-08.2010>. Acesso em Março de 2017.

_____. **Lei Nº 10.696**, de 2 de julho de 2003.. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. [s.l.] 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em Setembro de 2016.

_____. **Lei Nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006.. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. [s.l.] 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em Março de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Políticas Públicas para Agricultura Familiar. [s.l.] 2013. Disponível em http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em Fevereiro de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. **Cartilha Final**. [s.l.] [201-] Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acesso em Março de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Manual Operativo.[s.l.] 2014. Disponível em

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf. Acesso em Novembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Aquisição de Alimentos. Orientações e Marco Legal**: Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Brasília, 2016. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/Orientacoes_MarcoLegal_062016.pdf. Acesso em Setembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Balanco de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2003 a 2010**. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/BALANCO%20DE%20AVALIACAO%20GRUPO%20GESTOR%20DO%20PAA%20versao%2024-02-11.pdf. Acesso em Agosto de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **PAA Estadual** - Jan a Dez de 2014. [s.l.] 2014. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/visi_paa/pg_principal.php?url=quant_faixa_etaria. Acesso em Outubro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **PAA Estadual** . Jan a Dez de 2015 - Dados preliminares sujeitos à alteração. [s.l.] 2014. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2015/resumo_new/pg_principal.php?url=geral_est2. Acesso em Outubro de 2016.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA**: visão geral. [s.l.] [200-]. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=docs. Acesso em Agosto de 2016.

_____. Programas de Governo. CadÚnico – **Cadastro Único do Governo Federal**. [s.l.] 2017. Disponível em <http://www.programadogoverno.org/cadastro-unico-do-governo-federal-cadunico/>. Acesso em Setembro de 2016.

_____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Modalidades do PAA**. Brasília, 2017. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em Agosto de 2016.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. Brasília, 2016.

CAON Ana Rogéria V.; MAGALHÃES Maria Regina A.; MOREIRA Mário Cesar R. **Situação da pobreza em Minas Gerais. Minas Gerais**. [201-]. Disponível em https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/revi

[stas/arquivos/pdfs/44/04_situacao_da_pobreza_em_Minas_Gerais.pdf](#). Acesso em Novembro de 2016.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. [s.l.] [201-]. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conteudos.php/conteudos.php?a=1125&t=> Acesso em Agosto de 2016.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Legislação Básica.** Brasília, 2009. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/df613b55148bf1a5946d4a8c3f62aca4..pdf>. Acesso em Agosto de 2016.

_____. **Resultado das Ações da CONAB em 2015.** Brasília. 2016. Disponível em http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_02_16_00_42_acoes_da_conab_paa_2015.pdf. Acesso em Março de 2017.

_____. **Transparência Pública do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.** [S.l.: s.d.]. Disponível em http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar&jc_aptchaDisabled=true. Acesso em novembro de 2016.

CRESPO Antônio Pedro A.; GUROVITZ Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional.** RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>. Acesso em Novembro de 2017.

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Agenda: Comercialização e Gestão. Disponível em http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18711. Acesso em Março de 2017.

_____. **Resultados 2014.** Belo Horizonte. 2015. Disponível em <http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/AEmatermg/Relat%C3%B3rio%20Resultados%202014.pdf>. Acesso em Março de 2017.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Módulos Fiscais no Brasil.** [s.l.] 2017. Disponível em <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em Dezembro de 2016.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Superação da fome e da pobreza rural - iniciativas brasileiras.** Brasília. 2016. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i5335o.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2017.

GAZOLLA Marcio; SCHNEIDER Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. vol.51 no.1 Brasília Jan./Mar. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003. Acesso em Março de 2017.

GERHADT Tatiane E.; SILVEIRA Denise T. **Métodos de pesquisa**. UFRGS. Rio Grande do Sul. [s.d.] Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em Maio de 2017.

GRISA Catia; SCHNEIDER Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol. 52 supl.1 Brasília 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007. Acesso em Dezembro de 2016.

HESPANHOL Rosângela Aparecida de M. **Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar**. São Paulo. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2017.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de M.. **Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar**. vol.25 n.º.3 Uberlândia Sept./Dec. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132013000300003. Acesso em Fevereiro de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura familiar Primeiros resultados**. [s.l.] 2006. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em Fevereiro de 2017.

_____. **Cadastro da população de baixa renda**. [s.l.] 2001. Disponível em <http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html>. Acesso em Março de 2017.

_____. **População residente por cor ou raça**. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#resultado>. Acesso em Julho de 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS. Base de dados de agricultores familiares fornecedores de leite. Belo Horizonte, 2016.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização Fundiária.** [s.l.] 2017. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indicescadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em Setembro de 2017.

LAMARCHE, Hughes. **A Agricultura Familiar. Comparação internacional. Uma realidade multiforme.** [S.l.: s.d.] Disponível em https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/157468/mod_resource/content/1/Lamarche%20introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em outubro de 2016.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** Didática, São Paulo, v. 26/27, p.154, 1990/1991.

MATOS Thays Silva de; NOIA Angye Cássia. **Análise do Desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Itabuna, Bahia.** In IV Semana do Economista & IV Encontro de Egressos. Disponível em <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt1-2.pdf>. Acesso em Abril de 2017.

MELLO Janine. **A Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: O Desafio da Superação da Pobreza no Campo.** Brasília. 2015. Disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsp/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf. Acesso em Novembro de 2016.

MINAS GERAIS. PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2016 a 2027. Vol. II. Diagnóstico setoriais. Belo Horizonte. 2015. Disponível em http://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/pmdi/pmdi/2015/documentos/pmdi_2015_vol_II.pdf. Acesso em Novembro de 2016.

_____. Portal de Compras. PAAFamiliar. Belo Horizonte. 2017. Disponível em http://www.compras.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=695&Itemid = Acesso em Abril de 2017.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos vai beneficiar agricultura familiar.** Belo Horizonte. 2015. Disponível em <http://www.agricultura.mg.gov.br/ajuda/story/2195-programa-de-aquisicao-de-alimentos-vai-beneficiar-agricultura-familiar>. Acesso em Setembro de 2016.

ONUBR-Nações Unidas no Brasil. **Pobreza afeta quase metade dos agricultores familiares da América Latina e Caribe, alerta FAO.** [s.l.] 2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pobreza-afeta-quase-metade-dos-agricultores-familiares-da-america-latina-e-caribe-alerta-fao/>. Acesso em Novembro de 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.52 supl. Brasília, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004. Acesso em outubro de 2016.

PIRES José Antônio S.; SPRICIGO Gisele. O conceito da pluriatividade na agricultura familiar. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo. [200-]. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>. Acesso em Agosto de 2016.

PORTAL BRASIL. Novo estudo mostra motivos da queda da pobreza na área rural. [s.l.] 2016. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/novo-estudo-mostra-motivos-da-queda-da-pobreza-na-area-rural>. Acesso em Dezembro de 2016.

_____. **Novos municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos**. [s.l.] 2017. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/02/novos-municipios-aderem-ao-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em Abril de 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo : Atlas, 1999.

SANTOS André R. dos, *et all*. **Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais**. Cadernos Gestão Social, Vol. 3, Nº 1. 2012. Disponível em http://www.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/206/pdf_18 <http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/AEmatermg/Relat%C3%B3rio%20Resultados%202014.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2017.

SANTOS Renata M. dos. **As possibilidades do CADÚnico no aprimoramento da gestão da política municipal de assistência social**. Paraná. [201-]. Disponível em http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/Renata%20dos%20Santos_FAS.pdf. Acesso em Fevereiro de 2017.

SCHNEIDER Sergio; FERREIRA Brancolina; ALVES Fabio. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília. 2014. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acesso em Novembro de 2016.

SIMÃO Gustavo Leonardo *et. all*. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.52 no.3 Brasília July/Sept. 2014. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000300007. Acesso em Outubro de 2016.

SNTIPQ – Sindicato dos Trabalhos em Pesquisa, Ciência e Tecnologia. **Inovação na agricultura familiar é saída para erradicar a pobreza e a fome-Afirma FAO**. São Paulo. 2017. Disponível em <http://sintpq.org.br/index.php/blog/item/3629-inovacao-na-agricultura-familiar-e-saida-para-erradicar-a-pobreza-e-a-fome-afirma-fao>. . Acesso em Novembro de 2016.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Auditoria de conformidade nas operações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de Minas Gerais**. 2011-2012. [s.l.]. Disponível em [http://portal.tcu.gov.br/data/files/6B/33/81/C1/DFC1E4104E3AC1E41A2818A8/AGRICULTURA_Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20\(PAA\)%20n.pdf](http://portal.tcu.gov.br/data/files/6B/33/81/C1/DFC1E4104E3AC1E41A2818A8/AGRICULTURA_Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20(PAA)%20n.pdf). Acesso em Março de 2017.

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária **Manual Operativo do PAA tem nova versão**. Brasília. 2017. Disponível em <http://unicafes.org.br/unicafes/manual-operativo-do-paa-tem-nova-versao>. Acesso em Março de 2017.

VIEIRA Débora de F. A.; VIANA Carla A. dos S. **O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua Relação com o Modo de Funcionamento da Agricultura Familiar**. Mestrado em Agronegócios. Universidade de Brasília. Brasília. [s.d.] Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>. Acesso em Fevereiro de 2017.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

Identificação:

Nome:

Cargo:

Tempo que atua no programa:

Sobre o PAA:

- 1- Conte um pouco sobre a implementação do programa em Minas Gerais
- 2- Como exatamente funciona o programa/ quais as etapas dele?
- 3- Existe um fluxograma que ilustre o funcionamento da modalidade compra com doação simultânea?
- 4- Qual o papel da Emater/Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente?
- 5- Existem capacitações para os participantes do PAA? (Agricultores e estado/município)
- 6- Existe uma divulgação do PAA para informar aos agricultores aptos a participarem do programa?
- 7- Como é feita a seleção dos beneficiários? (os que vendem e os que recebem os alimentos)
- 8- Qual a importância do CadÚnico no PAA?
- 9- Como ocorre e quem realiza o acompanhamento e monitoramento do programa?
- 10- Os recursos destinados ao programa são suficientes?
- 11- Qual a importância da educação para os beneficiários?
- 12- O objetivo do programa vem sendo cumprido em MG e no Jequitinhonha?
- 13- Quais as principais dificuldades do programa?
- 14- Quais as principais potencialidades do programa?
- 15- Na sua opinião, o que poderia/deveria ser feito para melhorar o programa?
- 16- Você considera que o programa abrange todo o público que precisaria?
- 17- Algum outro ponto que você considere importante?

Fonte: Trabalho de campo